

Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 29

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita abre consulta ao 3º lote 4

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - A SEU SERVIÇO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal abre consulta a lote de restituição 5

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Jogo do Brasil na Copa Feminina altera horário dos bancos e INSS 6

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Erro na documentação impede concessão de benefício do INSS 7

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS torna mais fácil a emissão do auxílio-doença 9

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - A SEU SERVIÇO
SEGURIDADE SOCIAL

Veja como será a concessão do auxílio-doença sem perícia 10

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga hoje novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5 12

PIONEIRO - CAXIAS DO SUL - RS - MAIS SERRA
SEGURIDADE SOCIAL

Comunique o extravio de documentos 13

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - 24H ENTRELINHAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Corrida para zerar dívidas no banco 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Os riscos na reforma do imposto de renda (Artigo) 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Isenção para importado até US\$ 50 custará R\$ 35 bi 16

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto Seletivo deve integrar base de cálculo do IBS e da CBS 17

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - 24H ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo federal indica bloqueio de mais R\$ 1,5 bilhão do Orçamento 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

85% apoiam taxaço dos mais ricos - CAMILA ROCHA 20

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Como taxar os ricos? - MAIS ECONOMIA 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fundos de super-ricos somam R\$ 880 bi e têm benefícios tributários 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mercado já prepara retomada de IPOs 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após "seca" de IPO, empresas podem ter perdido atratividade 26

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxação de "big techs" corrige injustiça (Editorial) 27

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES
SEGURIDADE SOCIAL

Serviço público abre 61 mil vagas 28

ALÔ BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

O descrédito do crédito consignado 30

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: benefícios e desafios (Artigo) 31

O LIBERAL - BELÉM - PA - ATUALIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A transição da reforma tributária - DENIS FARIAS 33

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

IVA: no Brasil, o imposto é duplo e a alíquota mais alta 34

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

O superávit comercial e o trunfo das contas externas 36

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Investimento estrangeiro: por que o Brasil é considerado o país do futuro (Artigo)
..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Alimentação em casa sinaliza a 1ª deflação em seis anos 40

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Previdência rateia e portabilidade move a concorrência 42

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Tesouro busca manter "colchão de liquidez" próximo a R\$ 1 tri 45

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

"Mercado de ações brasileiro está extremamente subvalorizado" 47

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA
ECONOMIA

Mercado avalia risco de novos estímulos 49

Segunda-Feira, 24 de Julho de 2023

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

Economia Brasileira Encolheu 3% em maio 50

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - PAIS/MUNDO
ECONOMIA

Argentina e FMI chegam a acordo inicial sobre dívida 51

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Argentina e FMI estabelecem "acordo inicial" 52

Receita abre consulta ao 3º lote

A **Receita Federal** abre, na segunda-feira, a consulta ao terceiro lote de restituições do Imposto de Renda 2023. O lote deve contemplar os contribuintes prioritários e também os que não estão em nenhuma das regras que garantem a prioridade no pagamento.

A liberação dos valores será realizada no dia 31 de julho, e o dinheiro virá com correção da taxa básica de juros da economia, a Selic, atualmente em 13,75% ao ano.

A consulta para saber se vai receber o dinheiro é feita no site da **Receita Federal**, no aplicativo Meu Imposto de Renda e no Centro de Atendimento Virtual da Receita (eCAC). O dinheiro é pago na conta informada ao entregar a declaração ou por meio de Pix.

As informações sobre o lote de restituição costumam ser liberadas a partir das 9h. No site, o contribuinte deve informar o seu nome completo, o CPF e a data de nascimento.

Já por meio do eCAC, é necessário ter senha do Portal Gov.br. A consulta no e-CAC tem a vantagem de ser mais completa. Se houver alguma pendência na declaração, haverá essa informação ao contribuinte.

Lotes A restituição do Imposto de Renda é paga em cinco lotes, de maio a setembro. Recebe primeiro quem está em alguma regra de prioridade. Ficam para o final da fila os que entregaram por último, não estão na lista de prioritários ou saíram da malha fina de 2023 ou anos anteriores.

Em 2023, o Imposto de Renda recebeu 41.151.515 declarações e bateu um novo recorde. A Receita informou que 60,61% têm imposto a restituir, 19,83% estão com tributo a pagar e 19,57% não receberão e nem pagarão.

O primeiro lote foi pago em 31 de maio para 4,1 milhões de pessoas com um total de R\$ 7,5 bilhões. O segundo teve os valores liberados em 30 de junho para 5,1 milhões, e também somou R\$ 7,5 bilhões.

Nos dois lotes, 5.573.868 pessoas com prioridade legal foram incluídas. São idosos com 80 anos ou mais, seguidos pelos idosos com 60 anos ou mais, pessoas com deficiência e portadores de doença grave, e contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

Receita Federal abre consulta a lote de restituição

A **Receita Federal** abre a consulta ao terceiro lote de restituição do Imposto de Renda nesta segunda-feira (24). Os contribuintes podem fazer a consulta a partir das 10h. Serão contemplados 5.632.036 contribuintes, entre prioritários e não prioritários. O valor total soma R\$ 7,5 bilhões, e o pagamento será feito no dia 31 de julho.

Para saber se a restituição está disponível, o contribuinte deve acessar a página da Receita na internet (www.gov.br/receitafederal), clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, em "Consultar a Restituição".

O contribuinte também pode fazer uma consulta completa da situação da declaração, e verificar se há alguma pendência. Basta conferir o extrato de processamento, acessado no e-CAC. O site também informa qual é a pendência encontrada e informações que porventura estejam equivocadas.

CONTA

O pagamento da restituição é realizado na conta bancária informada no momento da declaração. Se, por algum motivo, o crédito não for realizado,

O contribuinte poderá reagendar o crédito dos valores de forma simples e rápida pelo Portal BB, acessando o endereço: [https:// www.bb.com.br/irpf](https://www.bb.com.br/irpf), ou ligando para a Central de Relacionamento BB por meio dos telefones 4004- 0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Neste ano, a Receita recebeu um total de 41,15 milhões de declarações. Os dados da Receita mostram que 60% dos contribuintes que enviaram a declaração têm direito a restituição.

Jogo do Brasil na Copa Feminina altera horário dos bancos e INSS

Economia

/
Do R7

A seleção brasileira estreia na Copa do Mundo Feminina nesta segunda-feira (24) e vai alterar o horário de funcionamento das agências bancárias e centros de atendimento do **INSS** (Instituto Nacional de Seguro Social) e da **Receita Federal** .

Com a partida contra o Panamá marcada para as 8h, no horário de Brasília, as agências vão abrir uma hora mais tarde (11h) , de acordo com a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) .

Em estados com diferença de uma hora em relação ao horário de Brasília, o atendimento será das 10h às 16h. Já naqueles em que a diferença é de duas horas, o atendimento será das 9h às 15h. Em Fernando de Noronha, das 12h às 18h.

Compartilhe no WhatsApp

Compartilhe no Telegram

A mudança nos horários leva em conta a resolução nº 4.880, de 23 de dezembro de 2020, do Conselho Monetário Nacional, que autoriza as instituições financeiras a estabelecer o horário de atendimento ao público em suas dependências.

Devido a alteração, a Febraban orienta que os clientes utilizem os canais eletrônicos caso precisem dos serviços fora do horário de atendimento dos canais físicos. A Receita também afirma que seus serviços digitais operam normalmente, sem interrupções.

Quem tiver problemas para resolver nas unidades da **Receita Federal** ou do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) também precisam estar atento à mudança nos horários de atendimento dos órgãos.

Os atendimentos ao público nas unidades dos dois órgãos terão início, excepcionalmente, às 11h, nos dias em que os jogos começarem até as 7h30, e às 12h, nos dias em que os jogos se realizarem às 8h.

"Não será permitido aos servidores alterarem o horário de expediente nas unidades em que já haja agendamentos preenchidos, de forma a garantir os atendimentos nos horários programados, tendo em vista o interesse público e o enfrentamento da atual fila de análise de benefícios", destaca a Anasps (Associação Nacional Servidores **Previdência Social**)

Site: <http://noticias.r7.com/economia/jogo-do-brasil-na-copa-feminina-altera-horario-dos-bancos-e-inss-23072023>

Erro na documentação impede concessão de benefício do INSS

O Governo Federal anunciou na terça-feira uma MP (Medida Provisória) que tem o objetivo de sanar um dos maiores problemas da **Previdência Social** no País: a fila do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). De acordo com a nova regra, os servidores da autarquia federal poderão fazer nove meses de horas extras para acelerar o atendimento, com intuito de zerar os mais de 1,7 milhão de benefícios represados.

A nova MP, chamada de Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social**, prevê que os servidores do voltarão a ganhar bônus de produtividade para acelerarem o acesso dos segurados aos benefícios como aposentadoria, pensão, salário maternidade e auxílio assistencial.

O bônus de produtividade será pago aos funcionários que trabalharem além da jornada regular na análise de requerimentos de benefícios e na realização de perícias médicas, principalmente nos processos com mais de 45 dias ou com prazo final expirado. Os servidores receberão bônus de R\$ 68 por tarefa e os médicos peritos, R\$ 75 por perícia.

Entretanto, a força-tarefa anunciada pelo Ministério da Previdência têm de contar com a colaboração dos segurados, que precisam ficar atentos à documentação correta para realizar o seu pedido no **INSS**. Segundo especialistas, a falta de documentos e os erros na entrega da papelada são um dos principais motivos para travar o acesso à aposentadoria e aos demais benefícios do **INSS**.

O advogado especialista em direito previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, João Badari, afirma que, na maioria dos casos, o erro do segurado ao solicitar o benefício é o principal problema, superando a morosidade do **INSS**. "Atualmente, a falta de documentos no pedido e os dados divergentes no CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais) lideram a lista de problemas que travam a aposentadoria no País. Mas existem outros erros", aponta.

Erick Magalhães, advogado especialista em direito previdenciário e sócio do escritório Magalhães Moreno Advogados, explica que é comum hoje que dados presentes no sistema do órgão entrem em conflito com os informados pelo segurado.

"É importante que ele se atente aos documentos e pegue o seu CNIS no site ou aplicativo Meu **INSS** para que possa verificar se as informações naquele documento estão de acordo. Caso o segurado tenha tido o extravio de alguma carteira de trabalho, é importante buscar documentos que possam comprovar que realmente trabalhou naquela empresa, como o extrato do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) ou o termo de rescisão do contrato de trabalho", explica.

Em relação aos benefícios por incapacidade para o trabalho, o especialista relata que é comum que haja a entrega de documentos antigos, que não comprovam a persistência de incapacidade.

João Badari destaca que outro documento que merece atenção é o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) para a comprovação de período insalubre. "É uma obrigação da empresa fornecer o PPP. E o trabalhador tem o direito de receber este documento em sua rescisão ou ao solicitá-lo. Caso a empresa não exista mais, é importante tentar contatar os responsáveis e usar o site da **Receita Federal** para obter informações. A massa falida sempre tem um administrador e na Junta Comercial você também poderá acessar o contrato social da empresa e localizar os sócios", orienta.

Também tem ocorrido por parte dos segurados, atualmente, o envio de atestados médicos inválidos por meio do site e aplicativo Meu **INSS**. A opção passou a ser permitida pelo órgão em abril por conta do fechamento das agências e da impossibilidade de realização das perícias.

O advogado Ruslan Stuchi, sócio do escritório Stuchi Advogados, alerta que o documento necessita apresentar a assinatura e o carimbo do médico responsável, o registro do profissional no CRM (Conselho Regional de Medicina), informações sobre a doença ou a respectiva numeração na CID (Classificação Internacional de Doenças) e o prazo estimado do repouso necessário para o segurado. "O atestado médico deverá ainda ser legível e sem rasuras", complementa.

Para o especialista, a informatização do órgão é positiva, mas muitos segurados apresentam dificuldade ao utilizar a tecnologia. "Ficou muito mais

prático pelo fato de que o segurado pode dar entrada no seu pedido pelo Meu **INSS**. Porém, se for fazer o requerimento sozinho, dificilmente irá conseguir juntar os documentos necessários e da forma correta", avalia.

Segurados podem se prevenir em relação a problemas na documentação ao efetuarem no **INSS** um pedido de análise prévia a respeito do benefício. Outra opção é a consulta no site do órgão em relação aos documentos necessários para o respectivo pedido.

O advogado especialista em direito previdenciário e sócio do escritório Mauro Menezes Advogados, Leandro Madureira, aponta que órgão é responsável não apenas por erros na análise dos benefícios, como também pela demora. A Lei 8.213/91 determina que o **INSS** possui o prazo de 45 dias para dar resposta aos pedidos. "Além disso, tivemos a pandemia, que gerou um aumento de benefícios como o auxílio-doença e a pensão por morte.

Há casos de segurados que aguardam há mais de um ano pela emissão de uma certidão de tempo de contribuição", relata.

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_8354CF187197AB1E5A0935DB3F0BF2209212D074AA477F45183B6E1DC1576837E095E0B58FED5B8AD0E577352DE94957D13B3CA21A7FEE7111497EB9D56D54772BE95526375CDC8AC7FCA9E22891211A408C8B4E69423AE2A8B3593A99CB584AB216D6F3974DC1DA4A1CB6FF12C34D08CCB8924BF3F00A7CC0395FA539D5D

INSS torna mais fácil a emissão do auxílio-doença

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) tomou mais fácil a concessão do benefício por incapacidade temporária (conhecido como auxílio-doença). Agora, a emissão do parecer conclusivo da perícia médica federal não será mais necessária.

Para a concessão do benefício, será necessário o envio de uma lista de documentos. De acordo com o **INSS**, o prazo máximo para a concessão do benefício será de 180 dias. Se o pedido for negado, um novo requerimento pode ser solicitado num prazo máximo de 15 dias.

Os documentos poderão ser enviados por meio do aplicativo Meu **INSS** ou pelo site. O requerimento também poderá ser realizado pela Central 135, mas o benefício ficará pendente "até que os documentos sejam entregues em uma Agência da **Previdência Social** (APS) ou anexados pela plataforma Meu **INSS**", explica o órgão.

Conforme o **INSS**, as seguintes informações devem ser enviadas: nome completo do segurado; data de emissão do documento - não pode ser superior a 90 dias; diagnóstico por extenso ou código da Classificação Internacional de Doenças (CID); assinatura e identificação do profissional emitente, com nome e registro no conselho de classe, ou carimbo; data do início do afastamento ou repouso; prazo necessário estimado para o repouso.

Na última terça-feira, o governo federal editou uma medida provisória que cria o Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social** (PEFPS), com o objetivo de reduzir as filas de atendimento do **INSS**.

O programa prevê que servidores administrativos e peritos médicos que aderirem recebam um pagamento de bônus de, respectivamente, R\$ 68 e R\$ 75 por processo concluído.

Site: <http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

Veja como será a concessão do auxílio-doença sem perícia

Cristiane Gercina

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) voltou a conceder auxílio-doença, hoje chamado de auxílio por incapacidade temporária, sem que seja necessária a realização de perícia médica. A medida integra o programa de enfrentamento à fila de benefícios previdenciários.

A concessão será feita por meio de análise documental, incluindo o atestado médico, conforme portaria publicada na sexta-feira (21). A fila do **INSS** tem hoje 1,794 milhão de segurados à espera da concessão de benefício previdenciário.

Para agilizar as análises, o governo publicou medida provisória em que estabelece a concessão de bônus de R\$ 68 e R\$ 75 a servidores administrativos e peritos. O programa de bonificação, no entanto, desagradou os profissionais (veja mais no box ao lado).

SAIBA MAIS

«COMO SERÁ A CONCESSÃO DO AUXÍLIO-DOENÇASEM PERÍCIA

De acordo com a portaria, os segurados podem solicitar o auxílio-doença por meio de análise documental, enviando o atestado médico pelo aplicativo ou site Meu **INSS**. Também é possível fazer o pedido pela Central Telefônica 135. Neste caso, será necessário enviar o atestado médico por e-mail ou entregando-o em uma agência da **Previdência Social**. O auxílio sem perícia chegou a ser concedido durante a pandemia de coronavírus, em 2020 e 2021 e, depois, entre os meses de julho e dezembro de 2022. A concessão estava parada nos últimos meses, após a portaria editada pelo governo Bolsonaro ter pedido a validade.

O benefício será concedido por um período de até 180 dias, intercalados ou não. Segurados que sofrerem acidente de trabalho terão de apresentar a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) ao **INSS**, caso

contrário, terão de agendar uma perícia médica.

O atestado médico ou odontológico deve ser em papel

sem rasuras e conter as seguintes informações:

- Nome completo

- Data de emissão (que não pode ser igual ou superior a 90 dias da data de entrada do requerimento)

- Diagnóstico por extenso ou código da CI D (Classificação Internacional de Doenças)

- Assinatura do profissional, que pode ser eletrônica e deve respeitar as regras vigentes

- Identificação do médico, com nome e registro no conselho de classe (Conselho Regional de Medicina ou Conselho Regional de Odontologia), no Ministério da Saúde (Registro do Ministério da Saúde), ou carimbo

- Data de início do repouso ou de afastamento das atividades habituais

- Prazo necessário para a recuperação, de preferência em dias (essa data pode ser uma estimativa)

SEGURADO QUE AINDA NÃO PASSOU POR PERÍCIA

PODE FAZER NOVO PEDIDO

A advogada Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), afirma que o segurado com perícia marcada com prazo de mais de 30 dias pode tentar o auxílio sem perícia, caso atenda às regras.

"O segurado precisa atentar para os requisitos exigidos no relatório médico, pois se faltar um deles o pedido poderá ser indeferido e o novo pedido só poderá ser feito após 15 dias". Para Adriane, a concessão do auxílio sem a necessidade de exame médico presencial é uma alternativa à crise atual do **INSS**, com longa fila de espera.

A advogada Priscila Arraes Reino, do Arraes e Centeno, também vê com bons olhos, mas acredita que as limitações da portaria podem atrapalhar a concessão do benefício. "O governo está tentando reduzir a fila, mas vai ser complicado, por causa da exigência da juntada da CAT emitida pelo empregador.

E a gente sabe que o empregador quase não emite".

SERVIDORES E PERITOS CRITICAM PROGRAMA DE BÔNUS DO GOVERNO

Os servidores administrativos do **INSS** e os peritos médicos já podem aderir ao Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social**, que pagará bônus por produtividade.

A medida, no entanto, é criticada por representantes dos profissionais.

Segundo o **INSS**, quem cumprir as exigências já pode se cadastrar no programa por meio do gerenciador de tarefas. A MP com o bônus foi publicada na última terça, mas a regulamentação saiu na sexta. O programa engloba benefícios não concedidos nos últimos 45 dias, no caso das perícias, são 30 dias, e tem duração de nove meses, podendo ser prorrogado por mais três.

Segundo a normativa, servidores que realizarem a análise de pedidos de benefícios fora do horário de expediente poderão receber até R\$10.064 extras, caso cumpram a meta mensal de análise extraordinária. O SINSSP (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Social no Estado de São Paulo) emitiu nota se posicionando contra o programa. Para o sindicato, isoladamente o programa não surtirá o efeito desejado.

Caixa paga hoje novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5

Publicado em 24/07/2023 - 07:11
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta segunda-feira (24) a parcela de julho do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 5. É a segunda parcela com o novo adicional de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de sete a 18 anos.

Desde março, o Bolsa Família paga outro adicional - de R\$ 150 - a famílias com crianças de até seis anos. Dessa forma, o valor total do benefício poderá chegar a R\$ 900 para quem cumpre os requisitos para receber os dois adicionais.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas, com o novo adicional, o valor médio do benefício sobe para R\$ 684,17. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,9 milhões de famílias em julho, com gasto de R\$ 14 bilhões.

Neste mês, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 341 mil famílias foram canceladas do programa por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 300 mil famílias foram incluídas no programa em julho. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício. Desde março, mais de 1,3 milhão de famílias passaram a fazer parte do Bolsa Família.

Quase 2,2 milhões de famílias estão na regra de proteção em julho. Em vigor desde o mês passado, essa norma permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até

meio salário mínimo.

Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 378,91. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, do total de famílias na regra de proteção, 1,46 milhão de famílias foram incluídas neste mês por causa da integração de dados do Bolsa Família com o CNIS.

Desde o início do ano, o programa social voltou a chamar-se Bolsa Família. O valor mínimo de R\$ 600 foi garantido após a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, que permitiu o gasto de até R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos neste ano, dos quais R\$ 70 bilhões estão destinados a custear o benefício.

O pagamento do adicional de R\$ 150 começou em março, após o governo fazer um pente-fino no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) visando eliminar fraudes. Segundo o balanço mais recente, divulgado em abril, cerca de três milhões de indivíduos com inconsistências no cadastro tiveram o benefício cortado.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Neste mês, não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em agosto.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/caixa-paga-hoje-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-5>

Comunique o extravio de documentos

Para reduzir os transtornos de quem tem documentos perdidos, extraviados ou furtados, a Serasa atualizou a funcionalidade Documentos Extraviados e ampliou os benefícios para as pessoas cadastradas na empresa. Gratuito e disponível no site da Serasa, o serviço permite, de forma intuitiva, que o consumidor registre a perda ou roubo de documentos, reduzindo os riscos de ser vítima de golpes e fraudes.

- Ao consultar o CPF do consumidor na Serasa, as empresas serão informadas de que os documentos não estão seguros e podem estar sob posse de fraudadores. Dessa forma, as instituições podem redobrar a atenção em caso de solicitação de crédito nesse período, por exemplo - explica Aline Sanchez, gerente da Serasa.

Para utilizar a ferramenta, o consumidor deve relatar informações sobre a perda ou roubo do documento, número do Boletim de Ocorrência, data da ocorrência e, caso já tenha identificado, eventuais fraudes.

Na ferramenta atualizada pela Serasa, o consumidor identifica o tipo de documento extraviado: CPF, RG, CNH, CTPS, RNE, Passaporte, Título de Eleitor, cheques, documentos funcionais (OAB, CREA, CRM e outras carteiras profissionais) e outros documentos de identificação aceitos no território nacional.

Como um complemento informativo aos serviços de segurança de dados, a Serasa lançou também a Cartilha do Documento Perdido, com informações sobre como agir rapidamente para reduzir prejuízos. Em seis capítulos, o guia orienta quais os passos fundamentais para registrar a perda, como bloquear cartões e cheques, como providenciar segunda via, o que fazer quando o extravio ocorrer no Exterior, como proceder em caso de achar documentos alheios e traz outras orientações.

- Produzimos um conteúdo para auxiliar especialmente as pessoas que se sentem vulneráveis no momento em que perdem um documento importante e temem ser vítima de golpe ou fraude - explica Aline Sanchez.

A cartilha está disponível no Blog da Serasa e pode ser acessada e baixada neste link: gzh.rs/cartilha-serasa.

COMO REGISTRAR Saiba o procedimento para avisar de extravio de documentos 1 Acesse o site da Serasa: www.serasa.com.br Ao entrar na plataforma, digite o CPF e senha ou faça um breve cadastro.

Depois, acesse a aba "Meu CPF" e clique na funcionalidade "Documentos Extraviados".

Faça o cadastro Inicial Preencha os dados solicitados, informando o motivo do registro (perda ou roubo de documento), o número do Boletim de Ocorrência (se houver), data da ocorrência e eventuais fraudes se já identificadas.

Escolha o documento Informe qual foi o documento extraviado e digite todos os números e caracteres para identificação. É possível selecionar entre CPF, RG, CNH, CTPS (Carteira de Trabalho e **Previdência Social**), RNE (Registro Nacional de Estrangeiro), passaporte, título de eleitor, cheques, documentos funcionais (OAB, CREA, CRM e outras carteiras profissionais) e outros documentos de identificação aceitos em todo o território nacional.

Confirme os dados pessoais Preencha os campos com suas informações: e-mail, celular e CEP. O registro terá validade de três dias úteis para cheques e cinco anos para os demais documentos, sendo possível renovar quantas vezes desejar (exceto cheque).

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/>

Corrida para zerar dívidas no banco

O movimento ainda não é tão intenso quanto em outros momentos em que o governo ofereceu benefícios, como nas longas filas de pagamento do auxílio emergencial durante o auge da pandemia. Mas, o Desenrola Brasil, programa federal para ajudar endividados a quitarem seus débitos, vem atraindo gente para os bancos em busca de uma oportunidade de sair do vermelho. Na sexta-feira (21), em Salvador, agências como as da Caixa Econômica Federal abriram uma hora mais cedo para atender aos beneficiários do programa e, embora no começo da manhã os estabelecimentos estivessem vazios, com o passar do dia, algumas agências registram movimentação maior dos clientes.

Gerson Oliveira, 53 anos, chegou às 8h, com medo de enfrentar uma longa fila, mas conseguiu ser atendido com agilidade pois logo cedo só havia duas pessoas com a mesma missão que ele em uma agência da Avenida Sete.

"Saí de casa atrasado porque queria chegar aqui às 7h30, mas percebi que nem precisava dessa agonia toda. Vou ficar só esperando até às 9h [quando o banco abriu], entrar e ver como eles podem resolver a minha vida lá dentro", afirmou ele, que tem uma dívida de quase R\$ 5 mil que parou de pagar há um ano.

De acordo com o planejador financeiro Raphael Carneiro, Gerson está apto a participar do Desenrola. Isso porque, nessa fase, só pode negociar quem ficou inadimplente de T de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2022. Os que tem outras dívidas em aberto, seja por empréstimo ou pagamentos, e seguem pagando de maneira normal, não tem como renegociar as parcelas através do programa federal.

Mesmo com a limitação, o Desenrola deve atender um número alto de baianos. De acordo com dados do Serasa Experian de dezembro do ano passado, 4,4 milhões de pessoas no estado iniciariam 2023 com dívidas, sendo 1,2 milhão só em Salvador. Em termos gerais, na Bahia o acumulado devido está na casa dos R\$ 15 bilhões.

"Eu devia ao banco quase R\$ 5 mil no começo de 2022 e não tive condições de arcar com isso. Agora, não faço ideia do que vai ter aí, só conversando com o gerente para saber mesmo o que eu preciso pagar e como eles podem me ajudar na divisão das parcelas", revelou Gerson.

Uma cabeleireira autônoma, que preferiu não se

identificar, está na mesma situação. "Há dois anos, eu me compliquei com os cartões. Fiquei devendo R\$ 500 em um, R\$ 800 em outro e mais R\$ 700 no terceiro", conta ela. Agora, acredita que o valor da dívida tenha superado os R\$ 3 mil.

"Já superou com certeza, mas vim na fé de que tem uma renegociação boa com desconto e na esperança de limpar meu nome", afirmou a cabeleireira.

O economista Edísio Freire avalia que o programa beneficia quem não consegue honrar o compromisso por não ter renda suficiente e é uma oportunidade interessante para esse público. "O Desenrola faz uma espécie de leilão com os bancos e faz com que as instituições pratiquem taxas menores de juros na renegociação, esse é o sentido do programa", explica Freire.

Nesse primeiro momento, o programa dá a oportunidade de renegociação para pessoas com renda mensal de até R\$ 20 mil. No entanto, as instituições financeiras só terão de limpar o nome de pessoas que estejam com débitos abaixo dos R\$ 100. Estão no programa, além da Caixa, o Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Santander e até os digitais Nubank, C6 Bank e Inter.

Na segunda-feira (17), começou a primeira fase do Desenrola, que permite a negociação de dívidas bancárias. Nesta etapa, ocorrem duas ações paralelas. As pessoas com débitos de até R\$ 100 vencidos até 31 de dezembro do ano passado têm o nome limpo. A dívida não é perdoadada, mas o cliente será retirado do cadastro negativo. A segunda ação beneficia pessoas físicas que ganham até R\$ 20 mil e têm dívidas em banco sem limite de valor. Para essa categoria, os bancos estão oferecendo renegociação direta com os clientes em troca da antecipação de créditos tributários (antecipação de descontos em **tributos**).

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Os riscos na reforma do imposto de renda (Artigo)

Claudio Adilson Gonzalez, Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

A reforma dos **impostos** sobre o consumo (PEC 45/19) foi aprovada na Câmara federal com placar histórico: votaram a favor 382 parlamentares, no primeiro turno, e 375, no segundo.

Muitos entenderam isso, erroneamente, como uma demonstração de força do governo no Legislativo. Na verdade, tal apoio só foi possível pela enorme quantidade de isenções, alíquotas reduzidas e tratamentos especiais que violaram vários princípios fundamentais da excelente proposta original apresentada pelo deputado Baleia Rossi, em 2019.

A proposta de reforma dos **impostos** diretos, Imposto de Renda (IR) e patrimônio, que será apresentada pelo Executivo, provavelmente ainda no corrente ano, corre riscos semelhantes, talvez até maiores do que a PEC 45/19.

Uma das supostas balas de prata da futura proposta é a tributação dos lucros e dividendos distribuídos. Fala-se em arrecadação adicional ao redor de R\$ 50 bilhões anuais. A medida está na direção correta, mas não é tão simples assim.

Se considerarmos apenas as empresas que pagam pelo lucro real, a tributação do lucro no Brasil é enorme, havendo pouco espaço para aumentá-la. A alíquota básica (incluída a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) é de 34%. Bancos pagam 45% e outras instituições financeiras, 40%. Se for criada uma alíquota de 15% para lucros e dividendos, supondo distribuição total, essa tributação subiria para a faixa de 44% a 53%.

Obviamente isso não é razoável.

Será necessário reduzir as alíquotas do IR sobre o lucro real das pessoas jurídicas. A alíquota média de tributação do lucro nos 34 países da OCDE é de 42%. Se tomarmos essa média como limite para o Brasil não se distanciar muito do padrão internacional, o espaço para aumento de **impostos** sobre o lucro é relativamente pequeno.

Se for assim, o ganho de arrecadação será aproximadamente metade das estimativas atuais.

E pode ser ainda menor. Nas empresas que não são de capital aberto, onde administradores e controladores são as mesmas pessoas, haverá forte tendência à prática da distribuição disfarçada de lucros, difícil de ser fiscalizada pela **Receita Federal**.

Uma verdadeira reforma do IR, que reduza as ineficiências alocativas e os custos de conformidade e aumente a equidade fiscal, precisaria começar com o fim dos muitos privilégios de setores e atividades hoje existentes na legislação. Há vários regimes especiais (como o lucro presumido para profissionais liberais, por exemplo), imunidades tributárias injustificáveis, reduções de base de cálculo e deduções do imposto devido, operações isentas, limites crescentes para inclusão no Simples Nacional e várias outras renúncias tributárias.

Tudo isso torna o IR complexo, iníquo e com baixo poder de arrecadação.

Mas o trem da alegria e os muitos jabutis que vimos na aprovação da PEC 45/19 ameaçarão também uma boa reforma dos **impostos** diretos. I

Claudio Adilson Gonzalez, Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Isenção para importado até US\$ 50 custará R\$ 35 bi

A **Receita Federal** estima que a isenção do imposto de importação para compras de até US\$ 50 feitas em sites internacionais pode provocar uma perda potencial de arrecadação de até R\$ 35 bilhões entre 2023 e 2027. Os números constam em nota técnica obtida pelo Valor após pedido feito via Lei de Acesso à Informação (LAI).

Os cálculos foram feitos pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros (Cetat) da Receita e mostram os valores de potencial arrecadatório que se estará abrindo mão por conta do estabelecimento da alíquota zero.

Em 2023, a área técnica do Fisco calculou uma perda potencial de R\$ 2,874 bilhões, mas considerando de julho a dezembro - os documentos mostram que a intenção do governo era começar o programa com a isenção em 1º de julho, mas ficou para 1º de agosto na portaria publicada. Por isso, o dado de 2023 não está exato, mas não há um número mais atualizado.

A perda estimada é de R\$ 6,512 bilhões (2024), R\$ 7,416 bilhões (2025), R\$ 8,470 bilhões (2026) e R\$ 9,661 bilhões (2027), em valores arredondados.

As projeções foram feitas considerando como referência a alíquota em vigor, de 60%. "Considerando como referência a legislação atualmente em vigor, podemos apontar que as alterações ora analisadas implicam em uma perda de potencial de arrecadação correspondente ao volume de operações sujeitas a alíquota zero proposta", diz o Cetat.

Ainda segundo o Cetat, as projeções consideram que aproximadamente 80% do volume total de remessas postais e expressas, feitas por pessoas jurídicas, passarão a ter incidência da alíquota zero.

Isso porque os pacotes de pequeno valor (até US\$ 50) são a grande maioria do que chega ao país.

O Cetat também afirma que as estimativas não podem ser confundidas com perda efetiva de arrecadação, que será medida posteriormente.

No estudo também não foi avaliada a eventual ampliação da capacidade de atuação da Receita no controle das remessas que entram ao país. "Considerou-se que as importações serão

processadas na mesma velocidade atual, com o mesmo nível de controle administrativo e de fiscalização, não havendo impacto no potencial arrecadatório decorrente desse tema", diz a área técnica do Fisco.

Como o imposto de importação é regulatório, não foi necessária a edição de uma medida de compensação pelo governo.

Os cálculos da Receita destoam dos informados pelo Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) na semana passada. O IDV calculou que as remessas internacionais de pequeno valor somaram de janeiro a maio deste ano R\$ 20,8 bilhões, com perda de arrecadação federal da ordem de R\$ 12,5 bilhões no período.

Os documentos obtidos mostram ainda que a decisão da alíquota zero foi determinação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Já o objetivo da não taxação seria fomentar o "cumprimento voluntário das obrigações das operações de importação de remessas internacionais, o que impactará positivamente os tempos e custos dessas operações".

A alíquota zero para os ecommerces que vierem a aderir ao programa Remessa Conforme é o principal ponto de embate entre o varejo e a indústria nacional e os concorrentes estrangeiros. Conformou mostrou o Valor, as empresas locais foram surpreendidas com a decisão do governo e tentam fazer com que a Fazenda volte atrás, estabelecendo uma alíquota intermediária entre zero e 60%.

Cálculo da Receita difere da estimativa do IDV, que previa renúncia de R\$ 12,5 bilhões

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187610>

Imposto Seletivo deve integrar base de cálculo do IBS e da CBS

Lu Aiko Otta, Marcelo Ribeiro e Beatriz Olivon De Brasília

Proposto na **reforma tributária** como uma forma de desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde, como cigarro e bebidas, o Imposto Seletivo, também conhecido como "Imposto do Pecado", vai integrar a base de cálculo dos novos **tributos** cobrados no consumo: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Esse desenho parece contrariar as promessas de simplificação e fim da cobrança de imposto sobre imposto que embalaram a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45 na Câmara dos Deputados.

A criação do Imposto Seletivo, por si só, agrega complexidade ao sistema, avalia o economista especializado em tributação Ângelo de Angelis. "Não era para ser assim, mas há motivos", diz. "É para equalizar a regra tributária e garantir que o adquirente tenha direito ao crédito tributário pleno." Há um desafio no controle da inclusão do imposto na base do CBS e do IBS e maior complexidade para fiscalizar, segundo Douglas Motta, sócio do Demarest Advogados. "Incluir em si não é um problema, mas todo controle que envolve isso certamente exige maior fiscalização", afirma.

A maior parte dos países que tributam seu consumo com um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), como será o caso do IBS e da CBS, inclui o Imposto Seletivo em sua base de cálculo. "É uma prática comum", diz Melina Rocha, consultora Internacional de IVA/IBS e diretora de cursos na York University-Canadá. "É importante para evitar distorções e diferenciações entre tipos de vendas e manter a neutralidade." Interlocutores do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que foi o relator da reforma na Câmara, reforçam essa tese de que o modelo previsto na proposta já vem sendo colocado em prática em muitos países no exterior. Eles pontuam que as preocupações levantadas por especialistas são infundadas.

"É muita conversa sem nenhum fundamento. O Imposto Seletivo é cobrado assim no mundo todo.

Não fica mais complexo. O seletivo é monofásico, ele

só incide uma vez. Ele incide uma vez porque o objetivo dele é ter efeito no preço para combater externalidade negativa.

Serve para aumentar preço de produto que você quer que tenha menos consumo", afirma um parlamentar que acompanha de perto as negociações do texto.

Isabella Tralli: requisito formal exigido não descaracteriza a natureza do empreendimento DIVULGAÇÃO A consultora Melina Rocha explica que o Imposto Seletivo é normalmente cobrado quando a mercadoria sai da indústria. Geralmente é monofásico (cobrado em uma só etapa da cadeia de produção e comercialização) e cumulativo (sua cobrança não gera crédito tributário a ser compensado na etapa seguinte da cadeia).

Assim, quando um varejista adquire um produto de uma indústria, o Imposto Seletivo pode se tornar um custo, se for pago à indústria e não gerar crédito tributário (pelo fato de ser cumulativo).

Dessa forma, o peso desse imposto será incorporado ao preço final.

"Na hora que a indústria tira a nota fiscal, ela pode destacar uma base de cálculo sem o Seletivo", diz o economista Ângelo de Angelis. "Nesse caso, o adquirente fica com um crédito menor." A inclusão do Seletivo na base do IBS e da CBS tenta corrigir esse problema. Estando na base desses dois **tributos**, que geram créditos, a empresa que adquiriu da indústria tem crédito tributário pleno.

Um outro motivo apontado por Melina Rocha é a distorção que pode haver caso a venda seja feita da indústria para o varejista ou diretamente ao consumidor final. Nesse caso, as cargas tributárias serão diferentes, caso o Seletivo não esteja na base do IBS.

"Se o Seletivo não estiver na base de cálculo do IBS, o produto sai da fábrica com uma arrecadação menor", concorda de Angelis.

Na avaliação da consultora, o formato do Imposto Seletivo não deverá trazer complexidade para a fiscalização. Esse será um tributo federal, a ser monitorado pela **Receita Federal**.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187610>

Já a fiscalização do IBS será tarefa dos Estados e dos municípios, de forma coordenada. O Conselho Federativo, criado na **reforma tributária**, terá entre seus objetivos evitar que haja sobreposição de Fiscos e procuradorias. Ao fiscalizar o IBS, os Estados e municípios terão a informação sobre o recolhimento do Seletivo destacada na nota fiscal, segundo Melina Rocha.

A versão da PEC 45 aprovada pela Câmara dos Deputados, agora em análise no Senado Federal, diz que o Imposto Seletivo será cobrado sobre "produção, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente".

Uma lei, a ser proposta pelo governo ao Congresso Nacional após a aprovação da PEC, vai dizer quais serão esses produtos. O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, já informou que a ideia é cobrar o Seletivo sobre fumo e bebidas alcoólicas, como o padrão internacional. Discussões sobre a inclusão de combustíveis fósseis e bebidas açucaradas, que já houve no passado, não ocorrem neste momento.

A inclusão do Imposto Seletivo na base de cálculo dos outros **tributos** estará prevista na Constituição, a partir da reforma e caso a PEC 45 seja aprovada sem alteração nesse ponto. Portanto, não há brecha para o questionamento sobre sua constitucionalidade, como o que levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a retirar o ICMS da base do PIS e da Cofins em 2017, segundo o advogado Douglas Motta. "Estando na Constituição é mais difícil fazer o questionamento porque hoje já existem situações que o IPI compõe a base do ICMS e isso nunca foi questionado." O Valor contactou o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da PEC 45 no Senado. Não obteve resposta até o fechamento da edição.

Segundo sua assessoria de imprensa, o parlamentar quer analisar o texto aprovado pela Câmara antes de emitir opinião.

Nos bastidores, aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), buscam relativizar as pressões por mudanças no projeto e as críticas de setores e especialistas em relação a alguns pontos da PEC. A avaliação é que é preciso manter a disposição em dialogar com todos, mas que é necessário manter o controle para que o texto "não esvazie além do aceitável".

"Se não estiver na base de cálculo do IBS, o produto sai da fábrica com uma arrecadação menor" Ângelo de Angelis

Governo federal indica bloqueio de mais R\$ 1,5 bilhão do Orçamento

A possibilidade de estouro no teto de gastos fez o governo federal contingenciar (bloquear temporariamente) mais R\$ 1,5 bilhão do Orçamento Geral da União de 2023, anunciaram, no início da noite da sexta-feira (21), os Ministérios do Planejamento e da Fazenda. O valor consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento e que, por lei, precisa ser publicado a cada dois meses.

Em maio, a equipe econômica do governo havia contingenciado R\$ 1,7 bilhão, o que eleva o total bloqueado este ano para R\$ 3,2 bilhões, valor considerado baixo diante do valor total das despesas primárias, estimadas em R\$ 1,948 trilhão para este ano. Até o dia 31, o governo precisará editar um decreto detalhando a distribuição do novo contingenciamento entre os ministérios.

O bloqueio dos recursos ocorre, segundo o documento assinado pelos dois ministérios, porque a estimativa de despesas primárias acima do teto de gastos aumentou no mesmo montante (R\$ 1,5 bilhão). Apesar da Emenda Constitucional da Transição, aprovada no fim do ano passado, na prática abolir as metas fiscais para 2023, o teto de gastos só deixará de valer quando o novo arcabouço fiscal for aprovado pelo Congresso.

Segundo a secretária adjunta do Tesouro Nacional, Viviane Varga, as projeções de receita devem melhorar nos próximos relatórios com a incorporação de medidas aprovadas, ou a serem aprovadas pelo Congresso, como o projeto que muda o sistema de votações no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e o novo arcabouço fiscal.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

85% apoiam taxaço dos mais ricos - CAMILA ROCHA

CAMILA ROCHA

No dia 17 de julho, em uma entrevista concedida à jornalista Mônica Bergamo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi enfático sobre a necessidade de taxar os brasileiros mais ricos. O tema deve ser discutido em maior profundidade durante a segunda etapa da **Reforma Tributária**, e, segundo o próprio ministro, será alvo de resistências importantes. No entanto, o petista conta com a opinião pública a seu favor.

De acordo com uma pesquisa realizada em 2022 pela Oxfam Brasil, intitulada "Nós e as Desigualdades", o apoio ao aumento da tributação sobre os muito ricos estaria consolidada no Brasil. Os dados coletados no ano passado mostram que 85% dos brasileiros apoiam o aumento de **impostos** de pessoas muito ricas como forma de garantir educação, saúde e moradia para a população mais pobre.

Tendo em vista os dados reunidos desde 2017, o apoio cresceu de forma consistente. Em 2017, 71% da população defendia a taxaço dos mais ricos. Em 2019, o índice subiu para 77% e, em 2021, para 84%.

No ano passado, constatou-se que a defesa da taxaço é ainda maior entre pessoas com 60 ou mais anos (90%), com ensino fundamental (90%), entre brasileiros com renda familiar de até um salário mínimo (91%), moradores da região Nordeste (88%) e de cidades de até 50 mil habitantes (87%), pessoas que afirmam que experimentaram descenso social nos últimos cinco anos (88%) e mulheres negras (88%).

Aqueles contrários à proposta, 14% em 2022 e 28% em 2017, se concentram entre os estratos que gozam de maior renda e status social. Nesse sentido é possível destacar pessoas com ensino superior (19%), aqueles que ganham mais de cinco salários mínimos (34%), brasileiros que se autot classificam como pertencentes a classe média alta (29%), pessoas que afirmam que ascenderam socialmente nos últimos cinco anos (18%) e homens brancos (16%).

Para além disso, a pesquisa registra ainda uma inédita reversão no apoio ao aumento de **impostos** em geral para assegurar melhor educação, saúde e moradia. Mais da metade dos respondentes, 56% dos brasileiros, concordam com a necessidade de maior

tributação para custear gastos sociais -em 2017 apenas 24% da população era favorável, e 75% era contrária. Isso significa que, nos últimos cinco anos, o apoio ao aumento de imposto para financiar políticas sociais mais do que dobrou.

A defesa do aumento de **impostos** em geral para financiar políticas sociais é ainda maior entre jovens de 16 a 24 anos (60%), que têm ensino fundamental (66%), possuem renda familiar de até um salário mínimo (64%), moradores da região Nordeste (62%), pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC/Loas (65%), mulheres pardas (62%) e homens pretos (63%).

Tais dados refletem o apoio massivo da população por maior justiça e igualdade, mas também a urgência dos mais pobres em obter melhores serviços públicos, sobretudo educação, saúde e moradia. Assim, se a disputa pela taxaço dos mais ricos corre o risco de ser reduzida a um embate retórico, o governo deve, ao menos, fazer o esforço necessário para preservar a saúde e a educação de cortes e restrições orçamentárias.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50347>

Como taxar os ricos? - MAIS ECONOMIA

Marta Sfredo

Há um plano no Ministério da Fazenda de enviar no próximo mês ao Congresso um projeto com uma "missão impossível": taxar os super-ricos. Na prática, é uma tributação sobre os chamados fundos exclusivos de investimentos, onde se concentram as aplicações milionárias.

Esses fundos, apesar do nome, têm um cotista único e são geridos por profissionais que definem a carteira de investimentos - os papéis que existem "dentro" do fundo. Detalhe: para ter esse modelo, é preciso dispor de, no mínimo, R\$ 10 milhões.

São tão exclusivos que só pagam **impostos** quando algum resgate é realizado. Enquanto o dinheiro só tem movimentações internas, nada é cobrado. Apesar de movimentar muito mais dinheiro, não ficam expostos nem aos ajustes conhecidos nos demais fundos como o "come-cotas", a cobrança automática feita de seis em seis meses. Bacana, não?

Em um país com renda média do trabalho de R\$

2.715 em 2022, tentar tributar os que têm R\$ 10 milhões parece pacífico. No mercado, porém, a "solução" já está em construção: readequar as carteiras dos clientes, em busca de outras formas de alocação.

"O Brasil tem 400 milhões de dispositivos eletrônicos que são cassinos potenciais

Advogado formado pela PUC-Rio, Pedro Trengrouse se especializou em Direito Esportivo.

Fez mestrado em Humanities, Management and Law of Sports na Fifa, especialização em Regulação de Cassinos pela Universidade de Nevada, em Las Vegas, é coordenador acadêmico do Programa Executivo FGV/ Fifa/CIES em Gestão de Esportes, professor da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas e professor visitante da Harvard Law School. A coluna gastou mais caracteres do que o habitual na apresentação de Trengrouse para ficar claro que buscou especialista credenciado para falar de um tema polêmico: a regulação das apostas esportivas, que está na esquina - com a consequente tributação -, e dos jogos em geral no Brasil.

maioria é baseado no Exterior, em Malta, Curaçau ou Gibraltar. É difícil regular sem conhecer em

profundidade, e não não temos dados, só estimativas.

No que a regulação ajudaria?

Os principais interessados são o poder público e a sociedade. A regulação precisa focar em três pilares. O primeiro é proteger a economia popular, porque hoje as pessoas apostam e não sabem se receberão seus prêmios. Não sabem de quem cobrar e como se proteger. O segundo é a proteção de vulneráveis, como os muito jovens ou os que têm ludopatia, um transtorno que recomenda evitar exposição ao jogo. O terceiro pilar que só a regulação pode proteger é a integridade do esporte.

Por que demora tanto?

Estamos voando às cegas. Esse é um fenômeno relativamente recente, ninguém tem muita clareza sobre as melhores práticas. O Brasil tem a oportunidade de aprender com erros e acertos de outros países. Um dos pontos a ser considerados é a Convenção de Macolin (pronuncia-se 'ma-colã'), que trata de manipulação de apostas esportivas. Nasceu na União Européia, mas já tem ade-

são da Austrália, de Marrocos e de outros países não europeus. É preciso trabalhar sob a perspectiva de um marco regulatório internacional padrão.

Estamos atrasados?

O fenômeno das apostas é muito anterior a 2018. O Brasil inclusive convive há muito tempo com manipulação de jogos por apostas. Houve um episódio grave em 2005.

Qual seria o melhor caminho?

Em primeiro lugar, o Brasil deveria aderir à Convenção de Macolin, o que a CBF já solicitou, em ofício à Presidência da República. É um passo importante para formular uma estratégia nacional robusta e integrada, com o suporte necessário para superar lacunas na legislação existente. Precisamos de uma plataforma nacional de integridade esportiva, e isso está pronto, é só buscar na fonte.

É preciso regular jogos em geral?

Há um fenômeno global e temos de lidar com isso. O Brasil vem amadurecendo muito. Foi aprovado um projeto na Câmara liberando os jogos como um todo,

que aguarda manifestação do Senado. É um grande avanço. Talvez seja a primeira vez, em um período democrático, que o Congresso se manifesta em relação ao tema. É preciso tratar do assunto inclusive porque cada um desses sites não se limita a apostas esportivas. Quase todos oferecem jogos de cassino, como roleta e bingo. É só abrir a aba, pronto, lá está o cassino.

Dá para confiar na boa recepção da regulação e, portanto, da tributação dos sites de apostas?

Imposto é imposto, não existe boa aceitação. O governo tributa, e é isso. Quem é taxado não tem de aceitar, tem de pagar. Como se diz, dos **impostos** e da morte não se escapa. Não é pagamento voluntário, é imposto, como diz o nome. O Brasil tem 400 milhões de dispositivos eletrônicos - celulares, laptops, tablets - com conexão à internet que são 400 milhões de cassinos potenciais. Não há condições de tratar do problema se não regular. É um contrassenso tratar das apostas esportivas de forma dissociada. O que tem nesses sites são cassinos que oferecem também apostas esportivas.

Site: <http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

Fundos de super-ricos somam R\$ 880 bi e têm benefícios tributários

Lucas Bombana

Para aumentar a arrecadação com o objetivo de equilibrar as contas e controlar a dívida pública, uma das medidas em estudo pelo governo é a tributação dos fundos exclusivos de investimento, voltados à alta renda.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na quarta (19) que o governo vai encaminhar um projeto de lei para tributar os fundos exclusivos, em uma segunda etapa da **reforma tributária** prevista para o segundo semestre.

Esses fundos, destinados apenas àqueles investidores com alguns milhões em carteira, somavam um patrimônio de aproximadamente R\$877,4 bilhões, dividido em cerca de 2.800 fundos e 3.500 cotistas, segundo a TC/Economática.

*

O que são os fundos exclusivos?

Os fundos exclusivos podem seguir estratégias de investimento variadas em ações, renda fixa ou uma combinação das duas classes por meio dos multimercados.

Os dados da TC/Economática indicam que existem 2.826 fundos exclusivos no mercado. Em número de fundos, os multimercados lideram, com 2.216 produtos estruturados sob o formato de fundo exclusivo, com outros 331 de renda fixa e 279 de ações.

Já ao considerar o valor aplicado, os fundos exclusivos de renda fixa lideram, com R\$ 461,5 bilhões, seguidos pelos multimercados, com R\$ 376,4 bilhões e pelos de ações, com R\$ 39,5 bilhões.

Profissional de mercado da área de gestão de patrimônio, Francisco Levy diz que, na maior parte dos casos, os fundos exclusivos são individuais, mas há também alguns casos menos comuns de produtos do tipo que agregam um grupo maior de pessoas, que geralmente guardam alguma relação familiar entre si.

A quem se destinam?

O especialista afirma que esses fundos são voltados

apenas para investidores milionários. Em média, é preciso ter entre R\$ 20 milhões e R\$ 30 milhões para considerar a estruturação de um fundo exclusivo, estima Levy.

O valor alto é necessário para fazer frente aos custos fixos do produto, como as taxas cobradas pelo gestor do fundo, o administrador e o custodiam-te, além de cobranças periódicas da B3.

Ao ano, o custo de um fundo exclusivo gira em torno de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil.

Quais as vantagens tributárias?

Levy afirma que uma das principais vantagens dos fundos exclusivos é o fato de não estarem sujeitos ao come-cotas -antecipação no recolhimento de imposto feita semestralmente nos meses de maio e novembro que incide sobre o rendimento dos fundos de renda fixa, cambiais e multimercados. A alíquota varia de 15% a 20%, a depender do prazo do investimento.

No fundo exclusivo, como não há a cobrança do come-cotas, o dinheiro que seria repassado à Receita segue rendendo dentro da carteira de investimento até que seja feito o resgate, o que representa uma vantagem importante em relação aos demais fundos que sofrem uma redução no valor aplicado e, portanto, no montante total que será rentabilizado, afirma Levy.

"Enquanto o cidadão comum paga o come-cotas dos

fundos de investimento, o endinheirado não paga, o que não parece socialmente justo", diz o especialista. Ele lembra que a proposta de tributação dos fundos exclusivos não é nova e foi discutida na gestão anterior do ex-ministro Paulo Guedes, mas enfrentou resistências no Congresso e não foi adiante.

Qual o rendimento?

Segundo os dados da TC /Economática, o retorno médio dos fundos exclusivos multimercados no primeiro semestre foi de 5,4%, chegando a 6,5% nos de renda fixa, e a 10,8% nos de ações. No período, o Ibovespa teve valorização de 7,6%, enquanto o rendimento do CD1 alcançou 6,5%.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50347>

Mercado já prepara retomada de IPOs

LUCAS AGRELA WESLEY GONSALVES

Desde 2004, as empresas brasileiras não ficavam tanto tempo sem abrir capital na Bolsa de Valores. O último IPO (oferta pública de ações, na sigla em inglês) foi feito pela empresa de medicamentos Viveo, em agosto de 2021, encerrando um período de listagem de mais de 70 empresas. Mas o jejum pode ser quebrado entre o fim de 2023 e começo de 2024, segundo especialistas ouvidos pelo Estadão.

A mudança de humor se deve à melhora de alguns indicadores como **inflação** convergindo para a meta, perspectiva de redução dos juros e aprovação da **reforma tributária** e do arcabouço no Congresso. "Antes, a palavra correta para falar de IPO no segundo semestre era esperança. Hoje, é expectativa", afirma o diretor de relação com clientes da B3, Rogério Santana.

Segundo ele, o mercado de capitais no País viveu "dois anos muito bons" em ofertas, entre 2020 e 2021. Grandes nomes, como Assaí e Vamos, abriram capital, mas empresas menores também decidiram aproveitar a oportunidade, como Dotz, Enjoei, Espaço Laser e Westwing. Nesse caso, no entanto, a decisão de lançar ações no mercado não foi muito exitosa.

A maioria dos papéis dessas empresas hoje tem preços menores do que na data do IPO.

Depois dessa onda, promovida sobretudo pelo excesso de liquidez no mundo, o mercado entrou numa "seca" de aberturas de capital. "A janela de IPO foi fechada, em grande parte, pela subida de juro muito rápida, pela ausência de crescimento econômico, pela **inflação** e por uma ressaca das listagens de empresas de baixa qualidade.

Os gestores de portfólios ficaram mais focados em decidir quais nomes saem ou ficam do que em agregar novos nomes", diz o chefe de mercados de capitais do Citi na América Latina, Marcelo Millen.

Ele avalia que o crescimento do **PIB** acima das projeções, o avanço da pauta fiscal e o controle da **inflação** têm contribuído para a melhora do cenário no mercado de capitais, o que já se reflete no avanço de transações de novas emissões de ações na Bolsa (follow-on, que significa a oferta subsequente de ações). "Podemos ter IPO ao longo do segundo semestre.

O ambiente é favorável, construtivo e receptivo." Para esse cenário se concretizar, no entanto, alguns fatores domésticos e internacionais precisam ocorrer nos próximos meses, como a confirmação da tendência de queda dos juros no País e em outras economias do globo. Milen, do Citi, acredita que uma melhora no ambiente econômico dos Estados Unidos em 2024 pode ser muito positiva para o mercado de capitais brasileiro, o que deve levar a uma nova leva de IPOs no País.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Após "seca" de IPO, empresas podem ter perdido atratividade

LUCAS AGRELA WESLEY GONSALVES

O Brasil tem hoje uma fila de 90 empresas para fazer IPO (oferta pública de ações, na sigla em inglês). Essas empresas já estavam se preparando para realizar abertura de capital quando a janela de oportunidades se fechou. O problema é que, agora, elas podem não ser mais tão atrativas para os investidores depois do hiato de novos nomes na B3. Algumas delas são Madero, Casa Vídeo, Ammo Varejo, Iguá Saneamento, Unigel e Coty.

Em relação ao apetite por papéis dessas empresas, um executivo ligado à gestão de patrimônio no mercado acionário - que preferiu não se identificar - disse ao Estadão que mesmo as empresas classificadas como "ruins" podem ir ao mercado realizando o seu lançamento de ações na Bolsa e encontrar algum nível de procura pelos ativos, já que o investidor pessoa física costuma ser mais aberto às companhias novas.

De acordo com ele, não se deve subestimar o apetite por empresas consideradas "ruins", porque em sua análise o investidor pessoa física tende a "cair nesses casos".

O chefe de mercados de capitais do Citi na América Latina, Marcelo Millen, acredita que uma melhora no ambiente econômico dos Estados Unidos em 2024 pode ser muito positiva para o mercado de capitais brasileiro, o que deve levar a uma nova leva de IPOs no País.

FUSÕES E AQUISIÇÕES. Para Denis Morante, sócio na Fortezza Partners, boutique independente de assessoria em fusões e aquisições, o governo tem acertado em medidas como arcabouço fiscal e **reforma tributária**, o que tende a dar mais estabilidade ao real e atrair o investidor estrangeiro. Porém, ele lembra que os processos de aquisição de empresas são morosos.

"O M A (fusões e aquisições, na sigla em inglês) não para, ele só reduz o ritmo quando a perspectiva fica menos interessante, enquanto o IPO para mesmo.

O prazo do M A é mais longo, é mais calmo do que a abertura de capital", afirma ele.

Para Morante, os setores que mais devem se beneficiar da trajetória de queda do juro são varejo, tecnologia, serviços financeiros, infraestrutura e agronegócio.

Pedro Scharam, sócio da RGS Partners, escritório de M A especializado em contratos de R\$ 50 milhões ou mais, afirma que as fusões e aquisições devem ganhar fôlego neste segundo semestre.

"Veremos tanto os projetos de investimento quanto o nascimento de transações que estavam "embarrigadas", porque esses processos são longos e devem ser concretizados a partir de agora", afirma.

Scharam avalia também que os processos de IPO, que normalmente são feitos para levantar capital para fazer aquisições, podem ter perfil diferente para as empresas que estão endividadas e o dinheiro pode ser usado para reduzir a dívida e melhorar a qualidade da operação como um todo.

Na visão de Renato Nóbile, sócio e gestor de portfólio na gestora Buena Vista, o fim do ano deve não só ter o início de uma retomada de liquidez no mercado financeiro como também destravar investimentos de capital de risco que estavam represados pelo juro alto.

Ele avalia ainda que startups brasileiras podem ser alvos de aquisição devido ao valor de mercado mais condizente com a realidade econômica atual do que em 2021, quando os fundos de venture capital fizeram aportes recorde no Brasil e no mundo.

"O M A não para, ele só reduz o ritmo quando a perspectiva fica menos interessante, enquanto o IPO para mesmo. O prazo do M A é mais longo, é mais calmo do que a abertura de capital" Denis Morante Sócio na Fortezza Partners

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Taxação de "big techs" corrige injustiça (Editorial)

Além de se deparar com fortes pressões nos maiores mercados do mundo para respeitar os direitos autorais dos conteúdos que usam em suas redes, as grandes plataformas digitais enfrentam um movimento global para que paguem mais **impostos**. A coordenação dessa demanda está com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que realizou recentemente uma reunião com representantes de 143 países para tratar do assunto.

O desfecho foi a aprovação de uma convenção internacional.

Embora ainda precise ser assinada, técnicos receberam sinal verde para seguir adiante nos estudos que preveem uma taxa mínima sobre as maiores multinacionais. Estão na mira as plataformas digitais Google e YouTube, controladas pela Alphabet, Facebook, Instagram, WhatsApp e Threads, da Meta, e o Twitter.

O Brasil participa das conversações, nas quais tem especial interesse, pela necessidade de o governo Lula aumentar a arrecadação para atingir as metas fiscais. No mercado brasileiro, entre 2017 e 2019, empresas digitais globais com faturamento acima de R\$ 100 milhões pagaram **impostos** entre 8,67% e 11,57%, ante uma taxa média de 19,57% sobre as demais empresas.

A suposição é que a diferença se explica por manobras contábeis.

Nas discussões no âmbito da OCDE, foi usado o critério de faturamento global acima de 20 bilhões por ano e rentabilidade superior a 10% para definir o grupo de empresas a serem alvo. Por enquanto, está estabelecido que 25% do lucro dessas multinacionais será taxado nos países onde as vendas foram efetuadas, mesmo que as empresas não tenham filial no local, algo muito comum no caso das plataformas digitais.

A finalidade é impor um custo à conhecida manobra dessas grandes companhias de registrar os lucros em paraísos fiscais ou em países com carga de **impostos** mais baixa.

Essa inédita **reforma tributária** global começou em 2021, com a aprovação de mais de 140 países. Os

recentes avanços, porém, não garantem que a tramitação da proposta ocorrerá sem problemas. A previsão de entrada em vigor em 2025 é, por enquanto, apenas um chute.

Além da assinatura de todos os países participantes, a convenção precisará ser ratificada pelos parlamentos.

Há, também, fortes interesses em jogo, quando se estima em US\$ 200 bilhões os lucros que serão taxados com as mudanças.

Por enquanto, Brasil e China, entre outros grandes emergentes, têm apoiado a reforma. Os 27 países da União Europeia (UE) também estão de acordo com o chamado "Pilar 1" das mudanças, a taxa de lucros no seu local de origem. Vários concordam com o "Pilar 2", a cobrança de um imposto mínimo de 15% dessas empresas. Quase 40 países já programam essa taxa para o ano que vem. Entre eles estão os do bloco da UE, Austrália, Canadá, Japão, Coreia do Sul, Nova Zelândia, Suíça e Reino Unido.

A grande incógnita são os americanos.

A depender de como forem taxadas as big techs, quase todas com sede nos Estados Unidos, pode ser deflagrada uma guerra comercial.

Daí a importância das negociações nos fóruns multilaterais.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Serviço público abre 61 mil vagas

Quem deseja mudar de vida e passar em um concurso público deve ficar atento às novas oportunidades que estão sendo anunciadas. Na última semana, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dwe-ck, informou que o governo federal abrirá mais 3.026 vagas em órgãos federais. Além disso, o Governo do Distrito Federal (GDF) vai oferecer mais de 58 mil vagas para concursos em 2024.

Com salários que variam de R\$ 6 mil a R\$ 21 mil, os novos servidores irão atender a 22 órgãos federais. Segundo a ministra, são 2.480 vagas para novas seleções e 546 nomeações em concursos já realizados. Estima-se que o impacto orçamentário anual aos cofres públicos seja de R\$ 546 milhões.

Os editais, com detalhamento dos cargos disponíveis para seleção e informações adicionais, deverão ser publicados dentro do prazo de seis meses. A disponibilidade de vagas está explicada no quadro abaixo.

De concursos já realizados, 546 candidatos serão nomeados, sendo 27 vagas na Agência Nacional de Mineração; 102 para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); 257 servidores no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); e 160 vagas no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Vagas do GDF Já no Distrito Federal, com a aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), o GDF irá oferecer mais de 58 mil vagas para concursos no próximo ano. Serão 210 vagas para o Poder Legislativo e 58.423 vagas para o Poder Executivo.

Inicialmente, eram previstos 54.534 cargos de criação e provimento. No entanto, o texto final da lei, publicado no Diário Oficial do Legislativo do DF, atualizou o quantitativo de vagas para 58.633. Segundo o documento, estão previstos concursos públicos para as áreas Administrativa, Agências Reguladoras, Controle, Legislativa, Educação, Policial, Saúde e de Tribunais.

SERVIÇO

Veja a distribuição de vagas, por órgão federal, do novo pacote de autorizações:

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico: 40 vagas
Agência Nacional de Aviação Civil: 70 vagas

Agência Nacional de Telecomunicações: 50 vagas
Agência Nacional de Energia Elétrica: 40 vagas
Agência Nacional de Saúde Suplementar: 35 vagas
Agência Nacional de Transportes Aquaviários: 30 vagas
Agência Nacional de Transportes Terrestres: 50 vagas
Agência Nacional de Vigilância Sanitária: 50 vagas
Banco Central do Brasil: 100 vagas
Comissão de Valores Mobiliários: 60 vagas
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: 895 vagas
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: 80 vagas
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços: 50 vagas
Ministério da Fazenda: 40 vagas
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos: 500 vagas
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos: 150 vagas
Ministério da Justiça e Segurança Pública: 100 vagas
Ministério do Planejamento e Orçamento: 100 vagas
Superintendência Nacional de **Previdência Complementar**: 40 vagas

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do DF dispõe a seguinte distribuição de vagas na capital:

Câmara Legislativa do DF: 180 cargos; Tribunal de Contas do DF: 30 cargos; Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração: 6.852 cargos; Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal: 17.418 cargos; Secretaria de Estado de Educação do DF: 17.256 cargos; Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal: 178 cargos; Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal: 1.112 cargos; Secretaria de Estado de Administração Penitenciária: 1.300 cargos; Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal: 4.570 cargos; Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal: 96 cargos; Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal: 366 cargos; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal: 900 cargos; Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal: 60 cargos; Procuradoria Geral do Distrito Federal: 242 cargos; Controladoria Geral do Distrito Federal: 10 cargos; Polícia Civil do Distrito Federal: 260 cargos; Fundação Hemocentro de Brasília: 50 cargos; Universidade do Distrito Federal: 409 cargos; Departamento de Estradas e Rodagem: 100 cargos; Departamento de Trânsito: 645 cargos; Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal: 323 cargos; Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal: 173 cargos; Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal: 135 cargos; Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal: 554 cargos; Instituto de

Previdência dos Servidores do Distrito Federal: 65 cargos; Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal: 312 cargos; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal: 36 cargos; Defensoria Pública do Distrito Federal: 500 cargos.

O descrédito do crédito consignado

Os empréstimos fazem parte da história das instituições de previdência brasileira, desde os seus primórdios. Em 1946 ocorreu a primeira disciplina sobre a matéria. Mas é bem mais recente a modalidade bancarizada dos créditos consignados. Vai completar, em breve, vinte anos. É essa que está, agora, sob a mira de atenções do Estado brasileiro.

O imenso volume de empréstimos obtidos sob essa modalidade revela algo que, só aparentemente, cooperou para o bem-estar dos tomadores dos recursos. Encantados pelo atrativo de taxas de juros menores e já atraídos pela facilidade da liberação do valor mutuado, milhões de beneficiários da **seguridade social** se valeram dessa modalidade de crédito. O grande problema é que, como todo e qualquer empréstimo, esse deve ser honrado com os respectivos pagamentos.

E quem tomou o empréstimo não tem como pagar, porque é comum ter sido comprometida com tal dívida quase a metade do rendimento, as mais das vezes muito modesto, do tomador. Mas, o valor da dívida é deduzido da prestação social. Não há como dela se esquivar. As mitigações do problema, desde que bem analisadas, revelam certa falta de sensibilidade de quem incentivou tal prática. Dir-se-á: o juro é baixo. Comparado com que referencial? Uma portaria governamental do ano passado resolveu que o juro deveria observar o limite de 3,5% ao mês. Vale compará-lo com outro programa social. Nele quem empresta, compulsoriamente, é o trabalhador. É o FGTS. Quanto rende esse fundo? 3% ao ano. O FGTS rende, ao ano, o que o consignado custa por mês.

Reforma tributária: benefícios e desafios (Artigo)

Bruno Funchal

Bruno Funchal é CEO da Bradesco Asset

*

Os grandes temas que adicionaram ruídos ao longo do primeiro semestre estão ficando para trás. O tema fiscal, que foi amplamente debatido e está em fase final de tramitação no Congresso, reduz o risco de descontrole das contas públicas para os próximos anos e o tema juros e meta de inflação está encaminhado após a decisão do CMN, que manteve o patamar de 3%.

Esses elementos novos abrem espaço para um segundo semestre de mais otimismo. Agora, o tema em foco é a reforma tributária.

O avanço dessa reforma é fundamental para atacar de frente um dos principais problemas do país, que é a estagnação de nossa produtividade.

Ela, a produtividade, é determinante para a promoção do crescimento sustentável. Por isso, uma boa reforma tributária é aquela que pode entregar esse objetivo de forma robusta.

O sistema tributário atual tem sido um grande detrator do crescimento justamente pela perda de produtividade das empresas tanto no que diz respeito ao tempo gasto para estar em conformidade tributária quanto na chamada guerra fiscal. A instalação das empresas em locais sem vocação competitiva, puramente por benefícios fiscais, reduz a eficiência brasileira. Vamos destacar alguns fatos e dados que evidenciam esse fenômeno do absurdo gerado pela complexidade tributária atual.

O número mais famoso é o do finado Doing Business do Banco Mundial, que mensura o tempo médio gasto pelas empresas de diversos países para processar o pagamento de impostos. No Brasil, esse intervalo passa das 1,5 mil horas por ano. Nos países da América Latina essa conta fica numa média de cerca de 380 horas.

Outro aspecto penalizante desse modelo é que, mesmo com todo esse tempo gasto para estar em conformidade com a Receita, a quantidade de litígios

judiciais no Brasil é enorme. Temos mais de R\$ 5 trilhões (75% do **PIB**) de créditos tributários em disputas administrativas ou judiciais considerando todas as esferas de governo.

A maior parte desse contencioso vem do ICMS dos Estados. Há uma relação de um para um entre arrecadação e contencioso, ou seja, para cada um real arrecadado, temos mais um em disputa.

Chega a ser anedótica a complexidade dos regulamentos de ICMS dos Estados. Cada ente da Federação tem seu próprio estatuto e conjunto de regras, não sendo incomum que ocupem um calhamaço com milhares de páginas.

E o conteúdo muda periodicamente de acordo com os novos convênios do Confaz. A média é de 200 mudanças por ano. Se imaginarmos uma empresa com negócios que abrangem todos Estados do país, é fácil perceber o grau de dispêndio e desperdício de tempo e dinheiro para que ela possa obedecer a todas as regras.

É por isso que uma reforma que tão somente simplifique o sistema tributário tem o potencial único de gerar ganhos imediatos de produtividade. Será uma decorrência direta do corte de milhares de horas gastas apenas para pagar impostos. Esse tempo pode ser preenchido com outras atividades direcionadas ao negócio final da empresa.

O debate agora é até onde se consegue chegar em termos de simplificação a partir da proposta original de alíquota única. Na Câmara, algumas exceções foram abertas para setores que foram considerados estratégicos.

Vamos acompanhar qual será o tratamento do Senado em relação ao mérito e à lista de setores.

É óbvio que um sistema com um mínimo de exceções possível seria mais benéfico para a eficiência do sistema.

Alguns pontos merecem muita atenção, principalmente as questões federativas, como a mudança da lógica de tributação na origem para o destino. Para os Estados mais distantes geograficamente dos grandes mercados consumidores e com menor capacidade de

infraestrutura, essa ferramenta tem peso relevante como política de atração de negócios para o desenvolvimento regional. É por isso que a discussão sobre o Fundo de Desenvolvimento Regional precisa ser feita com foco na resolução de tais disparidades de infraestrutura, de forma que, no longo prazo, as condições locais permitam que a vocação regional seja explorada.

É preciso que o capital se instale onde ele é mais produtivo.

Tão relevante quanto o fundo de desenvolvimento regional é o fundo de compensação dos benefícios fiscais. Sua necessidade remete a LC 160/17 que convalidou os benefícios fiscais aprovados à revelia do Confaz e colocou prazo de 15 anos para seu término. Com o novo regime tributário mudando a tributação para o destino, o fundo reforça o término desses benefícios para o prazo inicialmente estabelecido pela LC 160.

Esses dois fundos ajudam no acordo federativo para fazer a travessia dos elementos que são vistos como fundamentais para o desenvolvimento regional. Entretanto, o elemento mais complexo da reforma em termos federativos é a nova governança do sistema tributário dos subnacionais trazida pelo Conselho Federativo.

A existência do Conselho é importante para o funcionamento do novo modelo. A dúvida sobre seu funcionamento poderá trazer mais dificuldades para o debate da reforma no Senado, pois a autonomia dos entes é um tema extremamente caro para chefes dos executivos e suas Secretarias de Fazenda. O papel do Conselho deverá garantir o bom funcionamento do sistema, sem criar novas complexidades e contenciosos e, além disso, não gerar desbalanceamentos tributários entre os Estados.

Outro papel relevante do Conselho é harmonizar e integrar a fiscalização das receitas estaduais.

Muitas receitas estaduais são modernas em termos de dados, sistemas e de modelos de fiscalização, mas necessitaríamos de uma integração maior. Certamente o novo modelo de crédito tributário financeiro acaba incentivando o aumento e novas modalidades de fraude tributária, com fluxo relevante de notas fiscais entre entes da Federação.

Esse risco deve ser monitorado pelas receitas estaduais e para que seja produtivo, sua integração é fundamental.

Assim, apesar dos desafios da discussão federativa e dos pleitos por mais concessões de regimes especiais,

o progresso da reforma em termos de simplificação do nosso sistema tributário e também o incentivo à melhor alocação dos negócios em todo o Brasil tendem a trazer, no curto prazo, uma boa percepção para os investidores de que estamos avançando institucionalmente na direção correta, e, no longo prazo, obtendo ganhos de produtividade e um maior crescimento potencial para o país.

*

Simplificação do sistema e o incentivo à melhor alocação dos negócios podem mudar a percepção dos investidores

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187610>

A transição da reforma tributária - DENIS FARIAS

DENIS FARIAS

Até então não foram apresentados estudos sobre os impactos que o projeto de **reforma tributária** pode causar na sociedade e em todos os setores da economia brasileira.

Como forma de minimizar os imprevistos da falta de planejamento, o texto propõe uma regra de transição. Não resolve o problema. Antes, nos deixa mais assustados com os desafios que iremos enfrentar nos próximos anos.

A cobrança do Imposto de Valor Agregado (IVA) Dual tem previsão de começar em 2026, com alíquotas de 0,9% do tributo federal, a Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS. Teremos também, a alíquota de 0,1% do imposto dos Estados e Municípios, o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS.

E nessa transição, os **impostos** antigos serão substituídos pelos atuais, com a alíquota crescendo com o passar do tempo.

No ano de 2027, a CBS vai substituir por completo os **impostos** indiretos federais. Por sua vez, o IBS seguirá com a alíquota - teste até 2028. De 2029 a 2032, o IBS será introduzido à proporção de um décimo a cada ano. Em 2033, o novo tributo finalmente vai substituir de forma integral, os **impostos** indiretos dos Estados e Municípios.

E é nesse ponto que a **Reforma Tributária** pode se tornar mais um drama na vida dos brasileiros.

Um recente estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), indica que o IVA, o qual todos nós iremos pagar, pode ser o maior do mundo. Trata-se da nota técnica intitulada "Propostas de **Reforma Tributária** e seus impactos: Uma avaliação comparativa".

O trabalho do Ipea se concentrou na hipótese da reforma baseada no texto puro da PEC 45, com IVA único e nenhuma exceção, prevendo alíquota de 25%. E ainda baseado na PEC 110, com dois tipos de IVA, que previa alíquota de 26,9%. E no texto híbrido aprovado na Câmara, elevando a alíquota para 28,04%.

O estudo elaborado indica ainda que as isenções, algumas alíquotas reduzidas e os regimes especiais de tributação contribuem para elevar o IVA que iremos pagar no final.

Esse estudo cruza dados da **Receita Federal**, para a arrecadação setorial e as exceções negociadas na Câmara, sem reduzir a arrecadação. O foco do governo é simplificar a forma de cobrar **impostos**. Não há nenhuma preocupação em reduzir a carga tributária.

Para o pesquisador João Maria Oliveira, a alíquota efetiva do novo tributo sobre o consumo de bens e serviços pode chegar a 28,4%. A maior alíquota cobrada no mundo é na Hungria, no patamar de 27%.

A alíquota geral ainda será definida por uma lei complementar, após a aprovação da **Reforma Tributária** no Senado. O governo até agora faz suspense sobre o valor da alíquota. No entanto, estima-se que seria algo em torno de 25%.

Mesmo que seja esse índice, ainda assim, estaria muito acima da média mundial. Recentemente alguns países fizeram reformas no sistema tributário, como a Austrália e Nova Zelândia, e o Imposto sobre Valor Agregado ficou na média de 10% a 15%.

Site: https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/issue-dd3e8d259346daf410315c0d46ee525d.pdf

IVA: no Brasil, o imposto é duplo e a alíquota mais alta

ALEXANDRE NASCIMENTO

Nenhum brasileiro sabe exatamente quanto paga de **impostos**. A **reforma tributária** em discussão no país pretende acabar com esse problema e simplificar o modelo de pagamento de **tributos**, adotando uma fórmula usada em quase todos os países do mundo, cerca de 170 nações: o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que nada mais é do que a unificação de **tributos**. Só que no Brasil, em vez do imposto único, serão dois: um IVA federal e outro destinado a Estados e municípios.

Com base na proposta de **reforma tributária** aprovada na Câmara, a alíquota efetiva do novo tributo brasileiro para taxar o consumo de bens e serviços ficaria em 28,4%, aponta nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Seria a maior do mundo para um IVA, superando até a líder Hungria, de 27%. A alíquota brasileira deverá ser definida em lei complementar. A expectativa inicial do governo federal, e defendida pela equipe econômica de Fernando Haddad, é que fique em 25%, mas efeitos de regimes favorecidos, alíquotas reduzidas e isenções incluídas no texto antes da votação pela Câmara devem pressionar por uma alíquota maior.

Três **tributos** federais (PIS, Cofins e IPI) serão unificados em apenas um: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), destinada à União. E outros dois **impostos** - o ICMS (estadual) e o ISS (municipal) - serão unificados em Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). As alíquotas da CBS e do IBS ainda não estão definidas, mas o Ministério da Fazenda já sinalizou que Estados e municípios terão autonomia para definir a taxa do IBS. Já a alíquota da CBS, de competência federal, deve ficar em 12%.

Unindo os dois **impostos**, a estimativa é de uma cobrança de cerca de 25% de IVA, com exceção de produtos e serviços considerados em regime especial, como os itens da cesta básica, que serão isentos de **impostos**; medicamentos, que terão a alíquota do IVA reduzida em 60%; e alguns serviços como educação, saúde e produção cultural, também com redução de 60% de alíquota.

"É possível ter uma alíquota menor que 25% no futuro, como já disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad", afirma o coordenador do grupo de trabalho

da **reforma tributária** na Câmara, deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG). "Hoje, temos um modelo de exceção. O IVA não dá exceções genericamente, mas objetivamente. Se fala em serviços, por exemplo, diz quais são. As exceções têm base técnica", justifica.

reportagens. Durante esta semana, a equipe de O TEMPO irá trazer um be-a-bá da **reforma tributária**, explicando com detalhes os principais pontos do texto já aprovado na Câmara dos Deputados. O que está claro, o que ainda o governo precisa explicar e o que faltou nessa Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Serão cinco reportagens, até o dia 28 de julho. Não deixe de conferir.

Maiores mudanças em 60 anos

O Brasil se prepara para a maior mudança no sistema de cobrança de **impostos** dos últimos 60 anos, com a votação da **reforma tributária** no Senado, possivelmente em outubro, após a aprovação do texto na Câmara dos Deputados. O governo federal garante que a reforma não vai aumentar a carga tributária total do país, pois eventuais aumentos em um setor serão compensados por reduções em outros. Enquanto haverá isenção de **tributos** sobre itens da cesta básica, por exemplo, serviços que não são considerados essenciais pela proposta poderão ter a carga tributária até triplicada.

Ou seja, alimentos podem ficar mais baratos, bem como medicamentos, que terão 60% de redução nos **tributos** - mas serviços de streaming, delivery e aplicativos de transporte vão encarecer.

No sistema tributário atual, os brasileiros pagam **impostos** em quatro áreas: 50% sobre o consumo; 25% sobre a folha de salários; 20% sobre a renda; e 5% sobre o patrimônio. O texto da **reforma tributária** em discussão trata apenas da mudança em relação aos **impostos** sobre o consumo. Apenas na segunda fase da reforma é que serão discutidos os **impostos** sobre a renda, como a tributação sobre lucros e dividendos, o aumento do tributo sobre a transferência de herança e a mudança no Imposto de Renda (IR).

IVA EM OUTROS PAÍSES. Na Europa, a adoção do IVA foi necessária para permitir a integração econômica do continente. O imposto também está presente na maior parte da América Latina. Índia,

Canadá, Austrália e Nova Zelândia são outros exemplos de países que adotaram o modelo. São cerca de 170 nações que adotam o imposto único.

Os Estados Unidos são a única grande economia que não tem esse tipo de imposto agregado. O país possui um tributo cobrado pelos governos regionais somente na última etapa da cadeia, a venda ao consumidor. Na prática, o efeito é o mesmo do IVA em termos de não-cumulatividade, mas o risco de sonegação é maior. Mesmo assim, e portanto, no país também é adotado um imposto único sobre consumo.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

O superávit comercial e o trunfo das contas externas

Por Sergio Lamucci

O saldo da balança comercial brasileira tem crescido com força, contribuindo para reduzir o déficit em conta corrente, que mostra o resultado das transações de bens, serviços e rendas com o exterior. No primeiro semestre, as exportações superaram as importações em US\$ 45 bilhões, um superávit 31,5% maior que o da primeira metade de 2022. Com isso, está em curso um fortalecimento adicional das contas externas do país, num momento em que o cenário global é complexo, com juros elevados nos países desenvolvidos e atividade econômica global sem dinamismo.

O superávit tem melhorado significativamente desde 2020, como nota a A.C. Pastore Associados, a consultoria do ex-presidente do Banco Central (BC) Affonso Celso Pastore. Em 2019, o saldo ficou em US\$ 35 bilhões; nos 12 meses até junho deste ano, atingiu US\$ 72 bilhões. As exportações de algumas commodities têm garantido os superávits robustos - "quase 40% do valor total embarcado desde 2020 se concentra em três produtos: soja, petróleo e minério de ferro", aponta a A.C. Pastore.

O grande destaque tem sido a soja. No primeiro semestre, as exportações do produto em grão responderam por pouco mais de 20% do total vendido pelo Brasil no exterior, alcançando US\$ 33,4 bilhões, 9,4% superior ao do mesmo período do ano passado, um aumento puxado pelo aumento dos volumes exportados, de 18,4% - os preços recuaram 16,7% na primeira metade do ano. A China é o grande comprador.

Outro destaque são as exportações de petróleo. A A.C. Pastore observa que elas "cresceram sensivelmente em 2021 e 2022 em virtude do aumento da produção e dos efeitos da pandemia e do embargo do Ocidente ao petróleo russo [devido à invasão da Ucrânia], tanto que a União Europeia se tornou o segundo maior importador" da commodity brasileira - a China é o primeiro.

Neste ano, o volume exportado pelo Brasil tem crescido, enquanto os preços têm recuado. No primeiro semestre, as quantidades embarcadas subiram 8,5% em relação ao mesmo período de 2022, ao passo que os preços das vendas ao exterior caíram

6,5%. Como de costume, as vendas de commodities comandam o crescimento do volume exportado. Esses produtos representaram 69% das exportações no primeiro semestre de 2023, dizem os analistas do Indicador de Comércio Exterior (Icomex) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV). No primeiro semestre de 2007, esse percentual era de 45%, aponta relatório do Icomex.

Nesses 16 anos, o volume exportado de commodities cresceu 102,3%, enquanto o dos outros produtos recuou 6,3%. Para os analistas do FGV Ibre, a conclusão é que "o comportamento cíclico dos preços das commodities, com altas e baixas, "não limitou a trajetória de ascensão no volume exportado da agropecuária, em especial", e nem da extrativa ao longo dos últimos anos. "Esse resultado indica que o avanço da agropecuária brasileira no comércio mundial é um fato estrutural e reflete a produtividade do setor", diz o relatório, ponderando que "é importante estimular a diversificação não só da agropecuária, mas de produtos de outros setores".

A concentração das exportações brasileiras em poucos bens fica clara também nos números do primeiro semestre. O Icomex mostra que seis produtos explicaram quase metade das vendas externas no período: soja em grão respondeu por 20,2%; petróleo bruto, por 11,3%; minério de ferro, por 8,2%; farelo de soja, por 3,7%; óleos combustíveis, por 3,2%; e açúcar e melações, por outros 3,2%. Desconcentrar a pauta de exportações com mais produtos de outros segmentos é de fato relevante, o que passa por medidas como a **reforma tributária**, avanços da infraestrutura, melhora do ambiente de negócios e redução sustentada do custo de capital no país, iniciativas que beneficiem todos os segmentos da economia, e não um punhado de escolhidos.

Do ponto de vista das contas externas, o salto nos superávits comerciais tem fortalecido a posição do país, que já era tranquila. O Brasil tem há anos reservas internacionais elevadas, que subiram mais US\$ 21 bilhões neste ano - estão em US\$ 345,8 bilhões. Além disso, o fluxo de investimentos estrangeiros diretos cobre com folga o déficit em conta corrente, ainda que tenha sido um pouco mais fraco nos cinco primeiros meses de 2023.

A A.C. Pastore nota que o déficit da conta corrente

está em queda desde o quarto trimestre de 2022, refletindo o resultado favorável da balança comercial. No acumulado em 12 meses, o rombo encolheu de US\$ 61,4 bilhões em setembro do ano passado para US\$ 48,5 bilhões em maio deste ano (o último dado disponível). Nas projeções da consultoria, o rombo na corrente deve ficar em US\$ 32 bilhões em 2023, o equivalente a 1,5% do **PIB**. Em 2022, foi de US\$ 57 bilhões, ou 3% do **PIB**. Nas estimativas da A.C. Pastore, a balança comercial deve atingir US\$ 85 bilhões no critério da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Já pelos números do Banco Central (BC), o saldo deve ser de US\$ 67 bilhões - a instituição considera em seus cálculos importações de pequeno valor, investimento em criptomoedas e importações de plataformas de petróleo pelo Repetro, o que diminui o superávit comercial levado em conta nas estatísticas das contas externas. O Itaú Unibanco, que trabalha com um crescimento do **PIB** de 2,3% neste ano (superior ao da A.C. Pastore, de 1,8%), vê um saldo comercial pelo critério da Secex de US\$ 70 bilhões e um déficit em conta corrente de 1,7% do **PIB**. Com uma expansão mais forte da economia, as importações crescem mais, reduzindo o saldo.

Esse fortalecimento das contas externas contribui para um câmbio mais valorizado, que tem se mantido abaixo de R\$ 5 - na sexta-feira, o dólar fechou a R\$ 4,78. Com um déficit em conta corrente menor, reservas robustas e um fluxo expressivo de investimento direto, muitos investidores estrangeiros veem o Brasil de modo mais positivo, ainda que a situação das contas públicas esteja longe de ser resolvida, mesmo com a expectativa de aprovação do arcabouço fiscal pelo Congresso. A economista-chefe da A.C. Pastore, Paula Magalhães, avalia que as contas externas do país dão mais tranquilidade aos estrangeiros quando analisam o Brasil, especialmente comparado a outros emergentes. "É um problema a menos, e não parece que haverá problema nessa área tão cedo."

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Site: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/o-superavit-comercial-e-o-trunfo-das-contas-externas.ghtml>

Investimento estrangeiro: por que o Brasil é considerado o país do futuro (Artigo)

Amure Pinho

A dúvida sobre o Brasil ser um bom lugar para investimento estrangeiro é algo recorrente, principalmente quando estamos vivendo um momento incerto da nossa economia. Essa questão trata-se de um questionamento importante, tanto para investidores internos quanto externos, que estão buscando um local com mais segurança para aplicar o capital financeiro.

A economia brasileira, de forma geral, tem apresentado um bom desempenho e índices positivos, apesar dos inúmeros problemas ocorridos no contexto internacional, a exemplo da guerra na Ucrânia. Inclusive, sem repercussão direta nos gráficos da bolsa de valores do Brasil, o que vemos é exatamente o contrário, ao passo que o real foi a moeda mais valorizada frente ao dólar em janeiro deste ano, garantindo assim o segundo melhor desempenho entre as principais moedas do mundo.

Não à toa, os negócios que atuam na exportação de matérias primas, as famosas commodities, têm ganhado destaque na bolsa de valores, a exemplo da Petrobras e da Vale, além de outras empresas relacionadas a petróleo, gás, milho e trigo. Isso acontece, principalmente, porque desde o início de 2022 os investidores estrangeiros passaram a encontrar na bolsa de valores brasileira títulos mais baratos para investimento e, logo, uma economia mais estável. Isto é, apresentaram-se menores riscos, quando comparado aos outros países.

De acordo com o Índice de Confiança para Investimento Direto Estrangeiro, da consultoria internacional Kearney, o Brasil é o sétimo destino mais procurado pelos estrangeiros que querem investir em países emergentes. Ficando atrás apenas da China, Índia, Emirados Árabes, Catar, Tailândia e Arábia Saudita. Ao todo, o levantamento avaliou o desempenho de 25 nações e as respostas de diversos executivos sobre quais mercados demonstraram maior potencial para atrair investimentos nos próximos três anos.

Mas, afinal, o que favorece o investimento estrangeiro no Brasil? Nosso país foi um dos primeiros a reagir à expansão da inflação mundial, aumentando assim a taxa de juros. Além disso, o Brasil possui ativos com

valores mais atraentes e potencial exposição aos setores que os investidores procuram. Outro ponto crucial é que os países que disputam o capital estrangeiro com o Brasil não estão mais tão atraentes devido a fatores internos, como é o caso de Argentina, Rússia e Turquia.

Fora os inúmeros riscos geopolíticos lá fora, onde se fala até mesmo em recessão. A Alemanha, por exemplo, maior economia da Europa, entrou em recessão técnica no primeiro trimestre de 2023, após a segunda contração consecutiva do Produto Interno Bruto (**PIB**), em um contexto de quebra da demanda na indústria, inflação e taxas de juro elevadas.

Considerado o quarto país com maior volume de investimentos estrangeiros no primeiro trimestre de 2022, de acordo com dados das principais economias do mundo compilados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo Banco Central, o Brasil reduziu as pressões inflacionárias e amorteceu os novos choques externos sobre a economia.

Ademais, é inegável a queda significativa no fluxo de investimentos em startups em 2022, que abalou o mercado, trazendo um clima de apreensão. Isto fez com que os investidores analisassem, ainda mais, minuciosamente os critérios e o potencial econômico de cada inovação. Com expectativas de melhora neste ano, investir em um portfólio de startups garante diversificação e hedge para a carteira, ao passo que elas são ágeis, adaptáveis e parcialmente imunes aos altos e baixos dos mercados públicos, oferecendo assim alto potencial de crescimento a longo prazo.

Queridinhos dos investidores, principalmente em mercados emergentes, o Brasil vive um clima positivo. Logo, como tudo pode acontecer, os ativos brasileiros devem seguir uma tendência de redução de risco e valorização nos próximos meses. E isso é trunfo dos países que estão em grande exposição na bolsa brasileira nos setores que os investidores mais querem no momento, como commodities, bancos e o próprio ecossistema de inovação.

Amure Pinho, Empreendedor há mais de 20 anos, já foi presidente da Associação Brasileira de Startups (Abstartups)

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/24/07/2023/p1>

Alimentação em casa sinaliza a 1ª deflação em seis anos

Com arrefecimento nos preços de alimentos in natura e carnes, relativa normalização no mercado de trigo e supersafra brasileira de soja, a alimentação no domicílio pode registrar deflação em 2023 pela primeira vez em seis anos, segundo alguns economistas. Eles reconhecem que eventos fora do controle nacional, como o fenômeno climático El Niño e a tensão entre Rússia e Ucrânia, impõem riscos ao cenário, mas ponderam que eventuais efeitos podem ficar mais para 2024 e que, ainda assim, a **inflação** dos alimentos deve ser historicamente baixa.

A alimentação no domicílio representa cerca de 15% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), **inflação** oficial do país, mas tem peso ainda maior sobre a cesta de consumo da população de renda mais baixa.

Em 2022, após os desdobramentos da pandemia, agravados pela guerra na Europa, os preços da alimentação em casa saltaram 13,2%, mais que o dobro do IPCA, que subiu 5,8% no ano.

Para 2023, a projeção mediana do Focus (pesquisa do Banco Central com agentes de mercado) para alimentação em casa foi de alta de 4,3% no início do ano para 0,9% na última coleta. A LCA Consultores e projeta ligeira queda de 0,1%; a Ativa Investimentos espera contração de 0,3%, o Santander, de 0,4%, e a Asset 1, de 0,5%.

A última vez em que a alimentação no domicílio registrou deflação foi em 2017, de 4,9%.

"Desde 2019, foram quatro anos de altas importantes. Temos assistido, depois de praticamente dois anos de pressões muito fortes nos preços de commodities agrícolas, um rearranjo parcial das cadeias produtivas, o que contribui para, mais adiante, tirar força dos preços dos alimentos", diz Fábio Romão, economista sênior da LCA.

Os preços ao produtor no campo, mais voláteis, são repassados aos alimentos industrializados no atacado e desembocam no varejo, explica Romão. Segundo ele, o consumidor pode não sentir todo esse alívio porque, mesmo com quedas ou com a desaceleração nos preços, o nível, que estava muito alto, continua elevado. "É como se tivesse subido uma montanha muito rápido e agora está descendo devagar", afirma.

Pelas estimativas da LCA, devem registrar deflação neste ano óleos e gorduras, tubérculos, raízes e legumes, carnes e aves/ovos (ver quadro ao lado). Além disso, haveria desaceleração expressiva da alta entre 2022 e 2023 em leites e derivados, panificados, farinhas e massas, hortaliças/verduras e frutas.

Os preços de todos os itens in natura - tubérculos, raízes, legumes, hortaliças, verduras e frutas - já apresentam desaceleração até junho, observa a LCA.

No caso das carnes, dois fatores puxam os preços para baixo, segundo a consultoria: o abate de matrizes em 2022 e a redução nos preços das rações, observada desde o segundo semestre de 2022 e que, de modo defasado, tem sido importante em 2023.

Em 2019, a escassez de proteína animal na China, por causa da peste suína africana no país, aumentou a demanda do gigante asiático pela carne brasileira e reduziu a oferta interna, gerando um choque altista nos preços domésticos, lembra Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa. "Esse choque nunca se reverteu totalmente.

O preço das carnes no atacado seguiu avançando e, apenas neste ano, conseguimos observar uma deflação mais sistemática, que se reflete no varejo", afirma.

O alívio nas rações também deve beneficiar os preços de aves e ovos, diz a LCA. Além disso, o subitem costuma ser substituto para carnes, que acabam influenciando sua formação de preços - neste caso, para baixo.

Pela influência baixista da soja, óleos e gorduras também registram queda importante. "É outro foco desse alívio de commodities e, embora não tenham um peso tão relevante quanto milho e trigo, bate de maneira indireta em frangos e outros tipos de carnes", diz Sanchez.

Farinhas, massas e panificados, por sua vez, perderam parte da tração na esteira da relativa normalização do mercado de trigo, um movimento que, segundo a LCA, ainda deve continuar neste semestre.

Por outro lado, o fenômeno climático El Niño - que,

tipicamente, provoca chuvas no Sul do Brasil e mais calor e umidade no centro e no Sudeste do país - é um dos motivos que impedem a LCA de ver uma **inflação** de cereais, leguminosas e oleaginosas (o tradicional "arroz com feijão") abaixo de 6,5% neste ano.

"Se o passado for um bom guia, podemos ter pressão nos preços de arroz, feijão e trigo", diz Romão, em referência também aos efeitos do fenômeno sobre a América do Sul em geral. Ainda assim, a LCA projeta alta de 6,6% para cereais, leguminosas e oleaginosas, uma desaceleração em relação aos 8,7% de 2022. "O El Niño pode começar a trazer impactos nos meses finais deste ano, mas, sobretudo, no ano que vem", afirma Romão.

A Warren Rena projeta avanço de 1,1% para a alimentação no domicílio neste ano. Se esse crescimento, no entanto, ficar entre 0,5% a 0,9%, o que a economista Andrea Angelo classifica como "provável", haveria um alívio adicional de 0,1 ponto percentual na sua projeção de IPCA de 2023, hoje em 4,8%. O índice passaria, portanto, a ficar dentro do limite da meta, de 4,75%.

O El Niño, por outro lado, é um evento para o qual Angelo ainda tem dificuldade de atribuir probabilidade.

Ainda assim, se ele acontecer com forte intensidade, pode pressionar preços de hortaliças, por exemplo, no quarto trimestre de 2023, sem deixar tempo para "devolução" ainda neste ano e empurrando a previsão de IPCA para mais perto de 4,9%, explica Angelo.

"Até agora, o que já temos "contratado" em relação ao El Niño diz respeito aos impactos sobre alimentos "in natura". O problema é que eles têm uma recomposição de preços muito rápida, ou seja, pode ser que, mesmo antes de virar o ano, o nível de preços suba", afirma Sanchez.

Se não houver a deflação esperada para o fim deste ano, porém, é possível que ela venha mais à frente em 2024, segundo Sanchez.

"Quando a gente acumula isso em 12 meses, acaba ficando meio diluído. Por isso, não tenho tanto receio dos efeitos do El Niño neste biênico", diz.

Por outro lado, para este ano, Sanchez menciona dúvidas em relação à desaceleração de preços de leite e derivados. "Nos últimos três anos o subitem cresceu, em média, 15%. Para 2023, projeto variação de 3%, mas ainda tenho receio em função de problemas ao longo da cadeia, no sentido de não haver a reversão desse processo. Ele ainda precisa se consolidar", afirma.

Para Carlos Thadeu Freitas Gomes Filho, economista sênior da Asset 1, mesmo com o El Niño mexendo nos preços de alimentos "in natura" nos últimos meses de 2023, a dinâmica da **inflação** não deve mudar significativamente.

Ele observa que, para o Sudeste, importante região produtora de alimentos frescos, por exemplo, o fenômeno climático não é sinônimo, necessariamente, de chuvas fortes.

"Pode alterar um pouco no calendário, depois devolve um pouco. Mas o cenário para "in natura" é benigno no ano. Tem outros fatores atuando também", afirma. Ele ressalta que os preços de fertilizantes, importante insumo para a produção, por exemplo, devem continuar em baixa.

Olhando mais à frente, mesmo se não houvesse a confirmação do El Niño, dificilmente não haveria aceleração da **inflação** de alimentos em 2024, segundo Romão, da LCA. "Olhando para o histórico, é difícil de imaginar que a alimentação mantenha um ritmo de deflação a cada ano", afirma, projetando 5,1% de alta para o item no próximo ano.

Além disso, tem a questão da saída da Rússia do acordo que facilitava a exportação de grãos da Ucrânia, grande exportadora de trigo e milho, e os recentes bombardeios russos à região portuária de Odessa. "Sabemos que tem um mercado paralelo de trigo, mas isso pode acabar atrapalhando um pouco no preço", diz Romão.

Segundo Gomes Filho, cerca de metade da produção ucraniana de grãos já tem sido escoada pela Romênia. "Tudo é risco, mas, até agora, não vemos como um problema. O custo é maior para usar esse porto, mas não teria uma escassez de grãos", afirma.

Para 2024, a Asset 1 espera uma **inflação** de 2,5% na alimentação em casa. "Ainda é um excelente cenário. A média histórica entre 2000 e 2019, sem considerar os choques da pandemia, é de 7%", afirma Gomes Filho.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187610>

Previdência rateia e portabilidade move a concorrência

Adriana Cotias De São Paulo

A previdência privada perdeu pulso no primeiro semestre, mas já mostra sinais de reação. De janeiro a junho, os fundos que abrigam os recursos da categoria registraram resgates líquidos de R\$ 3 bilhões, em comparação a ingressos de R\$ 1,6 bilhão no mesmo período do ano passado, segundo dados da Anbima, que representa o mercado de capitais e de investimentos.

Em 12 meses, o patrimônio da indústria cresceu 14,2%, para quase R\$ 1,3 trilhão, pouco mais que a variação do CDI no período.

Já há, contudo, um prenúncio de melhora para a segunda metade deste ano, período que sazonalmente atrai mais dinheiro para o segmento, com uma captação líquida de R\$ 1,7 bilhão até 14 de julho.

Mas se o bolo ainda não cresce a contento, a lógica de roubar a produção alheia é que tem movimentado a concorrência. Os números da Susep, até maio, mostram que alguns bancos continuam perdendo recursos para os planos vendidos por plataformas de varejo. Os que se defendem melhor têm apostado num canal de distribuição mais próximo com o cliente e abordado a previdência dentro do pacote de investimentos.

A seguradora XP Vida e Previdência levou sozinha R\$ 3,0 bilhões líquidos em portabilidade externa e a do BTG Pactual, outros R\$ 2,3 bilhões. A Bradesco Vida e Previdência cedeu R\$ 1,6 bilhão líquido; a Brasilprev, R\$ 1,7 bilhão; a Caixa Vida e Previdência, R\$ 272,9 milhões; e a Zurich Brasil Santander, R\$ 75,1 milhões. No rol das independentes, a Icatu perdeu R\$ 3,4 bilhões até maio.

Na contramão, a Itaú Vida e Previdência ganhou liquidamente R\$ 2,4 bilhões e a seguradora do Safra, R\$ 107,9 milhões. Entre os grupos independentes, a SulAmérica contabilizou ingresso líquido de R\$ 183,1 milhões.

"Os principais players têm olhando para a portabilidade de forma bem agressiva e fica esse rouba-monte", resume Gustavo Ledimuth, responsável pela área de previdência do Santander. "Tem que

estar muito focado na captação líquida, que traz crescimento, e olhar, sim, a portabilidade, para tanto trazer novos planos quanto defender o que tem aqui, no sentido de garantir a melhor alocação possível. O que faz o cliente levar a previdência para outro lugar normalmente é ou porque não está no plano adequado ao seu perfil ou porque está distante da empresa, do banco, da seguradora, fica sem referência, vem alguém do mercado e acaba mudando." O executivo afirma que quando compara o primeiro semestre de 2022 com o de 2023, a captação líquida cresceu cerca de 25%. Ele credita a maior produtividade à expansão da base de escritórios especializados em investimentos, o "AAA", com uma força de vendas que alcançou 1,2 mil assessores em menos de um ano. Com R\$ 80 bilhões em previdência na "jointventure" Zurich Santander, ele espera dobrar a atração de dinheiro novo com um time mais maduro.

"O banco elegeu a previdência no tema de investimento como um dos carros-chefes, criou o mantra que quem tem a previdência, tem a preferência do cliente", afirma.

"Gosto do produto porque além de ser um instrumento eficiente de planejamento tributário e de sucessão contribui para a construção do patrimônio e proteção para o futuro, com impacto social, educacional e financeiro." Ledimuth diz que a concorrência nos últimos anos, com a entrada de novos participantes, incomodou os grupos tradicionais e ocupou um espaço relevante.

"Costumo olhar com bons olhos, fez a indústria se preocupar em trazer uma experiência cada vez melhor. Nós fomos provocados a criar nosso modelo de assessoria e isso nos deu potência e exclusividade no tema investimentos, que inclui a previdência." Perto do que saiu da indústria de fundos de maneira geral - com resgates líquidos de R\$ 205 bilhões no primeiro semestre -, a previdência até que resistiu, diz Sandro Bonfim da Costa, superintendente de produtos da Brasilprev, a empresa de previdência da BB Seguros com a americana Principal e que tem o balcão do Banco do Brasil como seu canal de distribuição.

"Reforça o conceito de realização de um projeto de médio e longo prazo que é quando o benefício fiscal se materializa", diz.

Os resgates no pós-pandemia fazem todo sentido a seu ver. Foi um período em que a previdência mostrou o seu propósito de proteger as famílias, ajudou a atravessar um período difícil. "Se tem algo que a pandemia trouxe de positivo foi a percepção da importância de se ter uma reserva de investimentos, porque de um dia para o outro faltou fluxo financeiro.

A arrecadação segue estável, as pessoas continuam colocando dinheiro todo mês, apesar de terem usado parte do patrimônio." Costa diz que a Brasilprev atraiu cerca de R\$ 2,2 bilhões de captação líquida até maio. Apesar de perder recursos para a concorrência via portabilidade, ele entende que a possibilidade de migração entre seguradoras é saudável ao dar mobilidade para o cliente sem pênalti.

Com cerca de R\$ 370 bilhões e a maior fatia do mercado, de 28,5% dos ativos, naturalmente a sua base tende a ser a mais atacada. "É razoável que as saídas sejam altas, mas as reservas seguem crescendo num ambiente controlado", diz.

"Há ações importantes de relacionamento com o cliente durante todo o ciclo de vida, o momento de retenção não se dá só quando o cliente pede a portabilidade." O executivo acrescenta que o grupo não tem restrição de usar só a BB Asset e tem hoje na grade 32 estratégias de investimentos de gestores externos. A ideia foi ter uma grade mais restrita mesmo, trazendo para a oferta as gestoras mais consolidadas.

Esse também foi o caminho da Bradesco Vida e Previdência, que fez uma abertura gradual para a oferta de terceiros e hoje tem cerca de 40 parcerias. "A gente não conseguiria a diligência necessária para acompanhar com a acurácia que gosta", diz Estevão Scripilliti, diretor da companhia.

"Foi mais seletivo e foi bom, a gente tomou menos susto no meio do cenário mais adverso." Depois de um primeiro semestre que estimulou o conservadorismo, com a Selic em 13,75% ao ano, incertezas com a troca de governo e os eventos de crédito corporativo de Americanas e Ligth, ele se mostra mais construtivo para a segunda metade do ano. "A queda da **inflação** e a expectativa de corte de juros, com a consequente melhora do emprego e da renda favorecem a formação de poupança, começa a ter mais disponibilidade de recursos", afirma Claudio Sanches, diretor de produtos de investimentos e previdência do Itaú Unibanco, diz que o período de julho a dezembro costuma ser de 10% a 12% melhor em termos de captação do que a primeira metade do ano. Vai depender do andar economia, afirma, mas costuma entrar mais dinheiro de bônus, 13o salário e o cliente que faz a declaração de Imposto de Renda completa

busca reforçar o aporte para abater a contribuição feita via Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) - em que até 12% do rendimento tributável pode ser dedutível. "Quem está com as finanças mais equilibradas, investe no longo prazo e a previdência é um dos únicos produtos que tem a sazonalidade marcante no processo de captação." Com a percepção de que há uma melhor condição para o equilíbrio da economia - com o novo marco fiscal e a **reforma tributária** no Congresso -, "todo mundo está tirando a pressão e começando a ficar mais otimista", prossegue Sanches.

"Quando isso acontece, o investimento de longo prazo volta." Se, por um lado, a previdência tem o benefício da menor tributação, que chega a 10% após 10 anos para quem opta pela tabela regressiva, por outro, se o resgate é feito antes do programado, o investidor acaba pagando uma alíquota salgada, de 35% em até dois anos. "Nas horas de muita incerteza, em movimentos de transição, as pessoas param de colocar o dinheiro na previdência e estacionam em algo mais conservador." Os aportes que começam a ganhar força no banco têm sido direcionados a planos ligados à renda fixa tradicional, com títulos pós-fixados ou com um pouco de crédito.

"Se melhorou do ponto de vista da captação, do ponto de vista da diversificação ainda não há esse movimento. O cliente está indo para produtos bem conservadores, que não necessariamente são ideais para o longo prazo", diz Sanches.

Mas como na previdência é possível se movimentar por meio da portabilidade - sem ter que resgatar os recursos e pagar imposto -, o investidor consegue navegar bem se tiver uma boa assessoria, afirma, podendo se mexer quando tiver mais conforto.

Com mais de R\$ 220 bilhões na previdência, o Itaú trouxe dinheiro novo para o segmento e também ganhou atalhos pela portabilidade.

"Está muito relacionado a ter a visão do bolso inteiro do cliente, não só a previdência, sem meta de produto, mas no que é melhor do ponto de vista de alocação e isso vai claramente criando confiança", diz Sanches. "Como a nossa plataforma é aberta [a produtos de terceiros], ele não vê razão para sair do Itaú e portar se tudo que tem no mercado, encontra aqui." Olhando pelo retrovisor, o ambiente macroeconômico sem crescimento de renda real que justifique a entrada de novos participantes, o desemprego alto e a necessidade de recorrer à reserva da previdência para pagar contas do dia a dia explicam o desempenho decepcionante da previdência no primeiro semestre, diz Marcelo Mello, CEO de Vida, Previdência e Investimentos da SulAmérica.

Para o executivo, o segundo semestre pode ser um replay disso. "Acho difícil mudar, mesmo com uma Selic menor e o aumento da projeção do **PIB**. Até bater na renda e estabilizar as condições de crédito leva tempo."

"Principais players têm olhando para a portabilidade de forma agressiva e fica rouba-monte" Gustavo Ledimuth

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187610>

Tesouro busca manter "colchão de liquidez" próximo a R\$ 1 tri

Jéssica Sant"Ana, Edna Simão e Guilherme Pimenta De Brasília

Mesmo sem ter uma meta fixa a ser perseguida, o Tesouro Nacional tem trabalhado com o objetivo de manter a reserva de liquidez próxima a R\$ 1 trilhão. A expectativa é que esse "colchão de liquidez" tenha uma queda para algo em torno de R\$ 800 bilhões a R\$ 900 bilhões devido ao elevado nível de vencimentos, mas a ideia é que seja parcialmente recomposto ao longo do ano.

Em junho, o colchão de liquidez ficou em R\$ 1,118 trilhão, o suficiente para cobrir 8,52 meses de vencimentos de títulos à frente.

O valor está bem acima do limite prudencial de três meses.

Portanto, na avaliação do Tesouro, o colchão está com patamar confortável para enfrentar instabilidades no mercado. Somente de julho a setembro, o valor de vencimentos é de R\$ 568,2 bilhões e salta a R\$ 890,62 bilhões se acrescido janeiro de 2024.

"A única função do colchão é ter uma reserva mínima de uns três meses para poder suportar momentos de mais estresse, de mais volatilidade, no qual é recomendável que o Tesouro não adicione mais volatilidade no mercado, não seja obrigado a fazer emissões elevadas", afirmou o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, em entrevista ao Valor, no começo do mês. "O colchão é feito para ser usado, não tem sentido ele ficar num patamar tão elevado, esse é o ponto principal, e ele custa também", completou.

Técnicos do Tesouro avaliam que a reserva ficará, naturalmente, oscilando um pouco para cima e para baixo desse valor ao longo do tempo, como num movimento ondulatório - o que faz parte da estratégia de caixa e não traz preocupação à gestão da dívida em si, apurou o Valor.

Esse movimento em ondas, por exemplo, já foi observado em meados do ano passado devido às incertezas causadas pela corrida eleitoral, teve uma recuperação e, no início deste ano, recuou por dúvidas sobre o arcabouço fiscal. No último trimestre de 2022, o colchão estava acima de R\$ 1,1 trilhão, quase batendo R\$ 1,2 trilhão. De janeiro a março deste ano,

caiu para a casa de pouco mais de R\$ 900 bilhões. Agora, de abril a junho, o colchão foi recomposto, voltando à casa do R\$ 1 trilhão.

O valor de quase R\$ 1 trilhão é trabalhado internamente por dois fatores: fazer frente às "torres de vencimento" de R\$ 200 bilhões a R\$ 300 bilhões, que são maiores que as emissões do Tesouro, que têm girado entre R\$ 60 bilhões a R\$ 160 bilhões, pois valores maiores de emissões poderiam trazer volatilidade ao mercado; e para não se distanciar muito da necessidade líquida de financiamento do governo federal, estimada em R\$ 1,488 trilhão em 2023.

Ceron avalia que o colchão de liquidez da dívida ficou em nível elevado no ano passado devido ao ciclo eleitoral, o que classificou como "normal". "Se você olhar todo o ciclo, reduz o colchão e depois recompõe ao longo do ano.

Agora, a tendência é ficar ali ao redor de 900 [bilhões de reais], 1 trilhão [de reais], mas não é uma meta em si", afirmou o secretário.

Ele também disse que o Tesouro não vislumbra um cenário de grande estresse que exija aumentar muito o colchão de liquidez, mas reforçou que a equipe da dívida pública tem liberdade para conduzir a questão e aproveitar eventuais "janelas muito boas de mercado". "Estamos mantendo [o nível do início do ano entre R\$ 900 bilhões a R\$ 1 trilhão], já que estamos num patamar alto, também não tem por que fazer grandes movimentos...

sem surpresas, sem solavancos, mas de fato esse assunto é fundamentalmente técnico e não há uma queda expressiva [da reserva], tem um movimento sazonal, há recomposições e está muito acima do nível prudencial." Ainda segundo Ceron, não é um alvo acelerar a recomposição da reserva de liquidez com a esperada queda da taxa Selic neste segundo semestre.

O ex-secretário do Tesouro e atualmente CEO do Bradesco Asset, Bruno Funchal, concorda que o nível do colchão de liquidez está em patamar "bastante confortável e saudável" para atravessar períodos de instabilidade e choques "sem precisar correr para o mercado e pagar prêmios maiores".

"Ter colchão com um pouco mais de gordura dá uma munição para o próprio Tesouro passar sem emitir em períodos de maior estresse", disse Funchal.

O economista-chefe da JF Trust, Eduardo Velho, ressaltou que o colchão de liquidez robusto é crucial para que, no ciclo de alta da taxa básica de juros, não aumente muito os prêmios - juros pedidos pelo mercado na compra de títulos públicos. "Os níveis de R\$ 800 bilhões a R\$ 1 trilhão mais que cobrem seis meses de vencimentos de papéis da dívida pública. Nesse aspecto, a situação está relativamente tranquila", explicou. Ele destacou ainda que essa margem foi importante também para evitar a dominância fiscal nesse período de ciclo de alta da Selic.

A dominância fiscal é uma situação em que as contas públicas estão tão deterioradas que altas de juros são contraproducentes para baixar a **inflação**. Nessas circunstâncias, apertos monetários só agravam a situação fiscal, com aumento nos encargos da dívida pública.

"A partir de agosto, com início da flexibilização da taxa Selic, esse movimento vai reforçar a perspectiva de "suavização" na trajetória da dívida pública bruta", ressaltou.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187610>

"Mercado de ações brasileiro está extremamente subvalorizado"

Eduardo Magossi De São Paulo

O esperado início de corte na taxa Selic e a maior estabilidade política que o Brasil vive hoje fará do país um dos mercados mais atraentes globalmente nos próximos 12 a 18 meses, na avaliação do diretor de investimentos da Principal Asset Management, Todd Jablonski.

Em entrevista ao Valor, o executivo afirmou que a maior clareza em relação ao ciclo de redução dos juros será o gatilho necessário para que os investidores aumentem sua exposição ao país.

"O mercado de ações brasileiro está extremamente subvalorizado, apesar dos ganhos obtidos nos últimos meses, e isso cria oportunidades", disse. "Historicamente, as ações brasileiras apenas ficaram subvalorizadas em torno de 5% do tempo. Nos 95% restantes, elas estavam mais caras que a média", afirma. Segundo o executivo, há uma oportunidade muito boa em ações de todos os setores.

"Nos EUA, por exemplo, as ações estão mais baratas que a média em 90% do tempo e em apenas 10% elas ficam subvalorizadas." Para Jablonski, o risco político recente é parte da razão dos "valuations" das ações brasileiras estar barato - assim como no Chile.

Agora, ele acredita que a maior estabilidade política brasileira e os efeitos das reformas previdenciária e tributária poderão dar ao país o impulso de crescimento que precisa para melhorar seus fundamentos e, dessa forma, atrair mais investidores. "Tudo isso vai elevar a capacidade de produção e dar oportunidade ao Brasil crescer entre 150 a 200 pontos-base a um ritmo mais rápido, com as empresas aumentando sua eficiência e lucratividade", disse, completando que a atração de investidores deve aumentar a exposição ao Brasil no equivalente a dois a três pontos percentuais no índice MSCI de mercados emergentes.

O executivo também vê com bons olhos investimentos em títulos corporativos do Brasil, em papéis de empresas de alta qualidade com grau de investimento. Segundo ele, fundos com esses títulos podem render até 13%. "Neste momento, eu prefiro títulos corporativos do que dívida do governo brasileiro", afirmou, diante do potencial de crescimento do país.

Apesar de ver potencial do Brasil ficar entre os cinco melhores locais de investimento em 2024, Jablonski diz que Japão e México estão melhores posicionados no momento, e a Principal está com maior exposição nesses países enquanto permanece neutro no Brasil, mas de olho em um possível aumento na exposição de acordo com o andamento no corte de juros.

"As ações brasileiras possuem potencial de "value" e de "growth". Em relação ao México, o executivo disse que o país "se beneficiou muito da tendência de transferência de empresas de outros países para lá, enquanto Japão deve se beneficiar de novos comportamentos de consumo que estão surgindo com a **inflação**". Segundo ele, a maior **inflação** no Japão está levando as pessoas a gastarem mais antes do iene se depreciar. "Com o aumento do consumo, aumenta a lucratividade das empresas, vendas e receitas crescem, o nível da dívida aumenta, ou seja, uma melhora nos fundamentos japoneses." Outros dois movimentos, na avaliação de Jablonski, devem ajudar os emergentes. O primeiro é uma recessão nos EUA. "Considerando cada vez mais certa uma recessão americana a partir do quarto trimestre, estamos olhando oportunidades fora dos EUA", disse.

"Esperamos uma recessão suave, que deve durar de seis a oito meses, por isso estamos reduzindo nossa exposição em ações nesse momento no mercado americano e aumentando em renda fixa. É um momento de reduzir o apetite por risco", afirma. O executivo diz acreditar que o Federal Reserve deve elevar os juros pela última vez em 0,25 ponto percentual nesta semana e vai mantê-los elevados até 2024, quando deverá realizar quatro cortes nos juros, de 0,25 ponto percentual cada, "dependendo da desaceleração inflacionária".

O segundo movimento são os problemas enfrentados por outros emergentes, como China e Índia, o que, segundo ele, pode permitir que o Brasil abocanhe uma maior parte da atividade econômica dos mercados emergentes. "A China está com problemas para recuperar sua economia depois da abertura.

O ritmo do crescimento econômico está menor que o esperado e decepcionante. A reabertura dos negócios não foi bem-sucedida.

Ao mesmo tempo, a Índia teve muitos problemas com a pandemia e está tendo dificuldade em se firmar como um polo industrial."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187610>

Mercado avalia risco de novos estímulos

Uma possível onda de estímulos por parte do governo federal, para tentar frear o provável arrefecimento da atividade econômica daqui em diante, já preocupa parte do mercado.

O risco, porém, ainda é muito incerto e baseado, sobretudo, em sinais da atual gestão e na experiência anterior com governos petistas, segundo economistas ouvidos pela agência Estado.

- O governo já tem feito algumas medidas, mas elas têm sido modestas do ponto de vista fiscal - afirma a economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitória - Nós ficamos preocupados, porém, se essas medidas são a ponta de um iceberg ou se o governo só está dando algum paliativo para tentar dar uma reativada na economia -pondera a economista, que prevê enfraquecimento da atividade ao longo do segundo semestre, principalmente nos setores mais dependentes do crédito.

Vitória projeta queda de 0,2% para o Produto Interno Bruto (**PIB**) no terceiro trimestre e estabilidade (0,0%) no quarto, após a alta de 1,9% registrada no **PIB** do primeiro trimestre e avanço de 0,2% previsto para o segundo. O resultado, calcula, deve ser um crescimento de 2% para a atividade econômica no ano.

- Não será um segundo semestre bom, mas também não teremos uma recessão. Se pensarmos

que o juro está em um patamar de restrição elevada e que é preciso desacelerar a **inflação**, estamos fazendo um soft landing (aterrissagem suave) no Brasil - avalia Vitória.

O economista Rodolfo Marga-to, da XP Investimentos, por sua vez, avalia que o risco maior de uma onda de estímulos depende da avaliação do governo federal sobre a atividade em 2024 e está concentrado principalmente no parafiscal, com uma possível utilização massiva de bancos públicos na concessão de crédito subsidiado.

- Do lado fiscal, a expansão das despesas reais está bem mapeada

- complementa.

Ansiedade

Ele destaca que esse risco não está incorporado ao

cenário base da corretora. Para Vitória, há risco em uma ansiedade do governo para fazer o **PIB** crescer.

- A hora que os dados de crescimento não se concretizarem nos próximos trimestres, o governo pode vir com idéias criativas, fórmulas mágicas que já tentamos no passado e não funcionaram

- diz Vitória, que avalia que uma possível apresentação de medidas mais arrojadas poderia atrapalhar a percepção de risco do país.

A economista defende que a melhor postura nessa conjuntura

seria esperar passar o momento de crescimento baixo e permitir que a **inflação** convirja para meta de maneira consistente:

- Assim, a derrubada dos juros fará a economia crescer lá na frente.

Vitória projeta crescimento de 1,5% para o **PIB** em 2024, com viés para baixo. A XP de Margato prevê crescimento de 2,2% para o **PIB** em 2023, seguido por desaceleração a 1% em 2024 - a projeção para o próximo ano, neste caso, tem viés de alta.

A projeção de arrefecimento do **PIB** a 1% em 2024 é compartilhada pelo economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez - ele prevê, porém, alta de 2% em 2023. Questionado sobre possíveis novos estímulos do governo federal sobre setores específicos da economia, como o subsídio às montadoras ou a possibilidade de um incentivo à linha branca, Sanchez avalia que, baseado em governos anteriores do PT, essas medidas podem se tomar cada vez mais frequentes. O economista salienta, no entanto, que, em sua análise, essas medidas são infrutíferas do ponto de vista econômico.

- Estamos falando de itens ligados ao crédito, então o que acaba acontecendo é uma antecipação ou postergação desse tipo de compra, não há um impulso perene com esse tipo de medida - diz.

Site: <http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

Economia Brasileira Encolheu 3% em maio

por **Ecio Costa@eciocosta**

Monitor do **PIB** da FGV indica contração de 3% da economia brasileira em maio, a maior desde a pandemia. Na comparação interanual, a atividade econômica cresceu 1,8% em maio e 3,5% no trimestre móvel encerrado no mesmo mês. Na semana passada, o índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br) já tinha apontado uma queda de 2% do **PIB** em maio.

Segundo a FGV, o forte recuo da atividade econômica em maio refletiu o fim dos principais meses de colheita da safra de soja, afetando a base de comparação nos primeiros meses do ano, quando o agronegócio puxou fortemente a economia brasileira.

Apesar da queda do **PIB** ser majoritariamente explicada pelas particularidades da agropecuária, também foram registradas retrações na indústria e nos serviços em maio, embora em magnitudes distintas da agropecuária.

O consumo das famílias cresceu 2,9% no trimestre móvel terminado em maio, mas há uma tendência de redução desde o final de 2022, principalmente no consumo de serviços, que cresceu apenas 3,2% no trimestre encerrado em maio de 2023.

A formação bruta de capital, indicador dos investimentos realizados no país, retraiu 0,8% no trimestre móvel finalizado em maio, destacando-se a queda no segmento de máquinas e equipamentos, que retraiu pelo quinto trimestre móvel consecutivo.

Por outro lado, a exportação de bens e serviços cresceu 17,2% no trimestre móvel acabado em maio, com contribuições notáveis da exportação de produtos da indústria extrativa mineral e da agropecuária, principalmente soja e milho.

O total das importações cresceu 7,3% no trimestre móvel que acabou em maio, sendo a importação de bens de consumo o destaque, com crescimento de 28,0% no período. Esse tipo de importação termina não refletindo em um aquecimento da economia, que acontece quando mais insumos são importados.

As particularidades do setor agropecuário e a dificuldade da economia crescer de forma mais robusta e menos dependente dele são desafios importantes a serem superados para impulsionar o crescimento econômico nos próximos meses,

principalmente porque o setor agropecuário tem desempenho sazonal.

Essa forte desaceleração pode influenciar o processo de decisão da SELIC na reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM) a ser realizada nos dias 1 e 2 de agosto. A expectativa de queda da taxa de juros se fortalece e pode abrir espaço para uma queda maior.

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2023/07/economia-brasileira-encolheu-3-em-maio.html>

Argentina e FMI chegam a acordo inicial sobre dívida

O Ministério da Economia da Argentina e o Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciaram ontem que suas equipes chegaram a um acordo inicial sobre renegociação da dívida do país. "O referido acordo visa a consolidar a ordem fiscal e fortalecer as reservas, reconhecendo o forte impacto da seca, os prejuízos às exportações e às receitas fiscais do país", informou o ministério.

Segundo o governo, espera-se que o acordo seja concluído nos próximos dias para avançar com o programa de empréstimos da Argentina. As negociações ocorrem em um momento no qual o país sofre com índices extremamente elevados de **inflação**, reservas internacionais escassas e desvalorização acentuada do peso argentino.

A Argentina fechou um acordo com o FMI ainda no governo de Mauricio Macri, em 2018, no valor de US\$ 50 bilhões, em razão de dificuldades fiscais. Em março de 2022 foi feita uma renegociação. (AE)

Site: <https://digital.jornalnh.com.br/>

Argentina e FMI estabelecem "acordo inicial"

LAÍS ADRIANA | COLABOROU CAROLINA MARINS

O Ministério da Economia da Argentina e o Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciaram ontem que suas equipes chegaram a um "acordo inicial" sobre a renegociação da dívida do país. Sem detalhar as bases da negociação, o ministério argentino, por meio do Twitter, informou que "as equipes do Ministério da Economia e do Banco Central da República Argentina (BCRA) e o corpo técnico do FMI concluíram os aspectos centrais do trabalho técnico da próxima revisão".

"O referido acordo visa consolidar a ordem fiscal e fortalecer as reservas, reconhecendo o forte impacto da seca, os prejuízos às exportações e às receitas fiscais do país." Segundo a autoridade, espera-se que o acordo seja concluído nos próximos dias para avançar com o programa de empréstimos da Argentina. As negociações ocorrem em um momento em que o país sofre com índices elevados de inflação (114,2% em 12 meses, até maio), reservas internacionais escassas e desvalorização acentuada do peso argentino, enquanto o governo e o Banco Central argentino implementam medidas para tentar regularizar a economia e a dívida pública do país.

A Argentina chegou a fechar um acordo com o FMI ainda no governo de Mauricio Macri, em 2018, no valor de US\$ 50 bilhões, em razão de dificuldades fiscais. Em março de 2022, o presidente Alberto Fernández fez uma renegociação deste acordo com o fundo, no valor de US\$ 45 bilhões.

No início de julho, sem reservas líquidas em dólares e devendo a investidores privados, a Argentina negociou com o FMI o pagamento de todas as suas parcelas de julho. A medida é prevista nos acordos com o FMI e por isso não é considerada atraso, mas aponta dificuldade do governo em obter mais dinheiro em meio à crise.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>